

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Catarinense

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

PPI

ARAQUARI
CAMBORIÚ
CONCÓRDIA
RIO DO SUL
SOMBRIO
VIDEIRA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia Catarinense



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

PPI

ARAQUARI
CAMBORIÚ
CONCÓRDIA
RIO DO SUL
SOMBRIO
VIDEIRA

BLUMENAU/SC
JUNHO/2009

Elaboração do PPI

Coordenadores Gerais

**José Luiz Ungericht
Nestor Valtir Panzenhagen**

Coordenadores/Colaboradores por campi

Campus Araquari

**Cristiane Vanessa Tagliari Corrêa
Joice Seleme Mota
Sueli Regina de Oliveira**

Campus Camboriú

**Afrânio Austregésilo Thiel
Armando Furlani
Faustino Vieira da Silva
Josete Mara Stahelin Pereira
Luiz Alberto Ferreira
Maria Salete
Marouva Falgatter Faqueti
Raul Vinícius da Silva
Silvana Faccin da Rosa
Sirlei de Fátima Albino**

Campus Concórdia

**Alessandra Carine Portolan
Cirlei Fátima Boni
Jordão Zanella
Juraci Giesel
Lauri Caetano Ródio
Marceli da Rosa
Rejane Kalsing**

Campus Rio do Sul

**Camila A. Figueiredo
Fernando Caus
João Carlos Ruczzyk
Kátia Margareth Anami Segundo
Katia Regina Koerich Fronza
Lauri João Marconatto
Moacir Gubert Tavares
Ricardo Scopel Velho
Rogério Krause**

Campus Sombrio

**Carlos Antonio Krause
Cláudio Luiz Melo da Luz
Cynthia Nalila Souza Silva
Ivanor Anversa Machado
José Cláudio Ramos Rodrigues
Leila Maria Vasquez Beltrão
Luis Antônio Biulchi
Vanderlei Freitas Júnior**

Revisão e formatação final

**Ademar Jacob Gauer
Marouva Falgatter Faqueti
Nestor Valtir Panzenhagen
Sueli Regina de Oliveira**

REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Reitor

Claudio Adalberto Koller

Pró-Reitor de Administração

Marco Antônio Imhof

Pró-Reitor de Ensino

José Luiz Ungericht

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Nestor Valtir Panzenhagen

Pró-Reitor de Relações Empresariais e Comunitárias

Carlos Renato Victória de Oliveira

Pró-Reitor de Relações Interinstitucionais

Antonio Alir Dias Raitani Júnior

Diretor Geral *Campus Araquari*

Robert Lenocho

Diretor Geral *Campus Camboriú*

Augusto Vitório Servalin

Diretor Geral *Campus Concórdia*

Paulo Jerônimo Puci de Oliveira

Diretor Geral *Campus Rio do Sul*

Walter Soares Fernandes

Diretor Geral *Campus Sombrio*

Adalberto Reinke

Diretor Geral *Campus Videira*

Paulo Henz

APRESENTAÇÃO

A história da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica passa por um momento ímpar: a implantação de novas políticas públicas pelo governo brasileiro, para integrar a educação, a ciência e a tecnologia, a fim de que as três áreas, juntas, formem o tripé do desenvolvimento do país.

A Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, destacou a educação profissional, caracterizando-a como uma modalidade educacional articulada com as diferentes formas de educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia, conduzindo o cidadão trabalhador ao “permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996).

Em seu Art. 39 define o oferecimento da educação técnica e tecnológica, reafirmando sua integração “às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, ampliando sua oferta, para além dos egressos do sistema de ensino nos níveis básico e superior e aos “trabalhadores em geral, jovem ou adulto”. Essa modalidade de ensino deve estar em consonância com os diversos setores da economia e da sociedade, de forma a oferecer mecanismos de educação continuada, sem perder de vista a formação cultural, profissional, política e ética dos cidadãos, enquanto trabalhadores produtivos e agentes na construção da equidade social (BRASIL, 1996).

Ampliando essa idéia e ratificando essa Lei, o Ministério da Educação criou, através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 38 (trinta e oito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais contemplam todos os Estados da Federação, oferecendo educação técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias, licenciaturas, além de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (BRASIL, 2008b).

Essa Política Pública foi criada com a missão de oferecer educação profissional e tecnológica, pública e gratuita, democrática e de excelência à sociedade.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica caminha para o seu centenário, com o firme propósito de contribuir com o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural do país. E aproveita, para tanto, o potencial instalado nos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, Escolas Técnicas Federais – ETFs, Escolas Agrotécnicas Federais – EAFs e Escolas Vinculadas às Universidades, estruturando

num conjunto de Institutos que terão a responsabilidade de responder de forma mais ágil e eficaz às demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e suporte aos arranjos produtivos locais.

O PPI é o plano global da Instituição para o desenvolvimento das suas três funções fim, o ensino, a pesquisa e a extensão, e que contempla desde as dimensões mais específicas, as – comunitárias, administrativas e pedagógicas, até as mais gerais, ou seja, políticas, culturais, éticas, ambientais, sociais e econômicas.

A reforma educacional preconizada pela Lei nº 9.394/96, pela primeira vez incorporou o tema Projeto Pedagógico, tornando obrigatória a construção do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI). O Decreto nº. 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, criou a articulação entre o PPI e o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional, visto ser o PPI um dos elementos do próprio PDI. Esses instrumentos estão diretamente associados às avaliações de cursos e processos de reconhecimento e credenciamento (BRASIL, 2007a).

Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico Institucional do Instituto Federal Catarinense, construído por meio do envolvimento e contribuição de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e representantes da comunidade externa, procura apresentar a proposta pedagógica a que se propõe e explicita as posições da Instituição comprometida com uma formação baseada na ética e na cidadania, aliada ao conhecimento científico e tecnológico, que visa à melhoria das condições de vida da sociedade brasileira. O documento apresenta as políticas, diretrizes, concepções filosófico-pedagógicas e os eixos orientadores que possibilitam o cumprimento do papel previsto para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Evolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	1
1.2 Importância da Educação Profissional e Tecnológica no Contexto Atual	4
1.3 Expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	7
1.4 Concepção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	9
2 GENESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	14
2.1 O Estado de Santa Catarina e suas Potencialidades Socioeconômicas	15
2.2 Caracterização dos <i>campi</i>	16
2.2.1 <i>Campus</i> Araquari	16
2.2.2 <i>Campus</i> Camboriú.....	19
2.2.3 <i>Campus</i> Concórdia	22
2.2.4 <i>Campus</i> Rio do Sul.....	24
2.2.5 <i>Campus</i> de Sombrio	27
2.2.6 <i>Campus</i> Videira.....	30
3 ENFOQUES ORIENTADORES	31
3.1 Missão	31
3.2 Visão Institucional	32
3.3 Princípios e valores	32
3.4 Concepções pedagógicas	32
3.5 Responsabilidade Social do Instituto Federal Catarinense	34
3.5.1 Nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	34
3.5.2 Programas de Inclusão Social, Ação Afirmativa e Inclusão Digital	35
3.5.3 Relações com o Setor Público, o Setor Produtivo e o Mundo do Trabalho	36
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	37
4.1 Política de Ensino	37
4.1.1 Níveis e modalidades de ensino	39
4.1.1.1 Formação inicial e continuada de trabalhadores	39
4.1.1.2 Educação Profissional Técnica em Nível Médio	40
4.1.1.3 Educação Profissional Tecnológica de Graduação	42
4.1.1.4 Licenciaturas	43
4.1.1.5 Cursos de Bacharelado e Engenharia	44

4.1.1.6 Cursos de Pós-Graduação	45
4.1.1.7 Educação a Distância.....	47
4.2 Políticas de Pesquisa.....	48
4.3 Política de Extensão	51
4.3.1 Integração com a Comunidade.....	51
4.3.2 Articulação com Setores Socioeconômicos.....	52
4.4 Políticas de Gestão.....	53
4.4.1 Política de Qualificação de Servidores Docentes e Técnico-Administrativos	54
4.4.2 Avaliação e Planejamento Institucional	54
4.4.3 Políticas de Gestão Ambiental	55
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense nasce com a proposição de responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e, de suporte aos arranjos produtivos locais.

No atual contexto social, visa constituir-se numa rede de formação profissional de qualidade que possibilite a inserção ativa e autônoma dos indivíduos no mundo do trabalho, que esteja articulada com as constantes mudanças da ciência e da tecnologia.

1.1 Evolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Os desafios enfrentados pela sociedade moderna, no que tange ao mercado de trabalho nos últimos anos, buscam a qualidade e a necessidade de aprender e atualizar os conhecimentos permanentemente. O mundo do trabalho sinaliza para a formação de um profissional que tenha iniciativa, domínio das novas tecnologias e da informação, além do desenvolvimento de valores humanísticos.

Com o novo contexto socioeconômico, os países buscam através da educação, um diferencial para alcançar a supremacia política, econômica, social e cultural, alicerçando seu sistema para enfrentar a competitividade que o momento apresenta. Surge uma nova realidade nas instituições de ensino e nas formas de sistematizar o conhecimento. A racionalidade instrumental e técnica, que caracteriza a modernidade, se transforma, cedendo espaço para a comunicação, flexibilidade e a transformação da sociedade. Surge, então, a era pós-moderna, da complexidade e transversalidade, exigindo uma nova postura para a compreensão do mundo.

As últimas décadas do século XX foram marcadas por reformas educacionais, tanto no Brasil, quanto em países das Américas e Europa, as quais prometiam inovações as mais diversas possíveis. A proliferação da informação e o desenvolvimento mundial do conhecimento exigiram mudanças em vários segmentos. E a educação não ficou à margem dessa necessidade de transformação e inovação, gerando um novo contexto para o setor educacional.

A educação profissional tem sido cada vez mais estratégica, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país, nos mais diversos setores da economia, bem como para a diminuição das desigualdades sociais por meio do desenvolvimento regional, elevando o nível de escolaridade e capacitando o estudante para o acesso a novas tecnologias. Além disso, a educação profissional e tecnológica tem buscado implementar políticas de inclusão e permanência dos indivíduos no mundo do trabalho.

A educação profissional como responsabilidade pública teve início no país em 1909, quando foram criadas 19 escolas de artes e ofícios em diversas unidades da federação, mais tarde transformadas em Escolas Técnicas Federais e Estaduais.

No início da década de 40, com as diversas mudanças no mercado de trabalho, ocorre a reforma “Capanema”, no governo Vargas, que prevê ajustes entre as propostas pedagógicas para formação de intelectuais e de trabalhadores. Para as elites foram criados os cursos médios, com duração de três anos. E, através das leis orgânicas, a formação profissional para os trabalhadores oferecia também o ensino médio, porém sem a perspectiva de ingresso ao ensino superior. O grande marco para a organização da educação brasileira foi a estruturação do ensino em três graus: primário, médio e superior, efetivada pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, Lei 4.024/61. Essa Lei, segundo Kuenzer (1995), reconhece a articulação completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos. Foi um avanço considerável no contexto da educação profissionalizante.

Na década de 60, com o surgimento de grandes empresas e de conglomerados industriais voltados ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas, o MEC reformulou a filosofia do ensino agrícola, implantando uma metodologia do sistema escola-fazenda, baseada no princípio de “aprender a fazer fazendo”.

Nesse contexto, muitas escolas técnicas de nível médio iniciaram suas atividades dentro da metodologia do sistema escola-fazenda. O conteúdo programático era trabalhado por meio de aulas teóricas e práticas. A combinação do ensino geral com o ensino profissionalizante começa a exigir do aluno dedicação total para aprofundar-se no conhecimento das técnicas necessárias ao mundo do trabalho.

Projeto Político-Pedagógico Institucional

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, organizou, na administração Fernando Henrique Cardoso, o projeto de reforma do Ensino Médio como parte de uma política mais geral de desenvolvimento social, que tentou priorizar as ações na área da educação. Com o propósito de reformar toda a educação brasileira, esse governo (1994-2002) apresentou seu Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no Congresso Nacional por meio da Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001).

A Lei nº 9.394/96, aprovada em 20 de dezembro de 1996, estabeleceu uma nova reforma de seu sistema de ensino. Por tratar-se de uma Lei de Diretrizes e Bases, trouxe pressupostos, indicações, concepções, que necessitavam de normas complementares que a regulamentassem para que pudesse ser efetivada (BRASIL, 1996).

Os novos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2000) foram pensados para a nova sociedade, decorrente da revolução tecnológica e seus desdobramentos na produção e na área da informação, que apresenta características possíveis de assegurar à educação uma autonomia ainda não alcançada. O ensino deixou de dar ênfase somente ao desenvolvimento da atividade cognitiva do aluno, com o intuito de capacitá-lo integralmente, assim como trabalhar para o desenvolvimento interpessoal.

O Decreto nº 2.208/97 estabeleceu uma organização curricular para a educação profissional de nível técnico de forma independente e articulada ao ensino médio, associando a formação técnica a uma sólida educação básica e apontando para a necessidade de definição clara das diretrizes curriculares, com o objetivo de adequá-las ao mundo do trabalho. (BRASIL, 1997).

A partir de 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, inicia-se no Brasil um processo de desenvolvimento da educação da Rede Federal, tendo como premissa “Educação para todos e em todos os níveis, com qualidade e democracia no acesso” (BRASIL, 2004a).

Houve nessa gestão uma reformulação das leis até então vigentes. Quando o Decreto nº 5.154/04 entrou em vigor, revogando o Decreto nº 2.208/97, definiu novas orientações para a organização da Educação Profissional (BRASIL, 2004b). De acordo com o § 1º do Artigo 4º do Decreto nº 5.154/04, as formas possíveis de concretização dessa “articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio” são as seguintes: integrado, concomitante e subsequente.

A integração do ensino médio com o ensino técnico de nível médio resgata um modelo que existiu no Brasil por 95 anos, desde a criação das 19 Escolas de Aprendizes Artífices pelo presidente Nilo Peçanha, em 1909. A integração foi extinta em 1997, pelo Decreto nº 2.208, contrariando a então recém-criada LDB. Esta passou a prever a nova modalidade de ensino no Artigo 36, ao afirmar que “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1996).

As alterações introduzidas pela nova legislação na educação profissional representam passos preparatórios para as transformações reais, em sintonia com as novas demandas de uma economia aberta e de uma sociedade democrática.

1.2 Importância da Educação Profissional e Tecnológica no Contexto Atual

A partir do final do século XX, o mundo e as relações sócio-econômicas sofreram muitas alterações e continuam mudando muito rapidamente. Essas mudanças estão provocando um intenso processo de reorganização e das relações no ambiente de trabalho. Embora não se altere a conflitiva relação capital-trabalho, as novas tecnologias e teorias estão superando o modelo taylorista-fordista, baseado na linha de montagem, na produção em série e na grande divisão do trabalho.

Assim, a partir da década de 80, novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho e as empresas passaram a exigir empregados mais qualificados. Além da destreza manual, novas competências passaram a ser requeridas, como inovação, criatividade, capacidade para o trabalho em equipe e autonomia na tomada de decisões. Tudo isso, mediado pela utilização de novas tecnologias da informação.

Considerando tanto a necessidade de um novo perfil profissional, quanto a superação do dualismo que sempre caracterizou a educação brasileira, na qual de um lado se tem a educação de cunho acadêmico voltada para as elites, e de outro, o ensino profissional destinado aos trabalhadores, o governo sancionou a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a 9.394/96 (BRASIL, 1996).

Essa Lei se constitui num marco para a educação profissional, uma vez que as leis de diretrizes e bases anteriores, ou as leis orgânicas para os níveis e modalidades de ensino, sempre trataram da educação profissional apenas parcialmente.

Essa nova lei altera a identidade estabelecida para o ensino médio, contida na Lei nº 5.692/71, cujo segundo grau se caracterizava por uma dupla função: preparar para o prosseguimento dos estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica (BRASIL, 1971). Essa identidade fica alterada quando se determina que a educação escolar, e conseqüentemente o ensino médio, deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (parágrafo 2º do Art. 1º). Essa conotação dá maior abrangência ao segmento ensino médio, somada ao fato de que esse segmento é a etapa final da educação básica, oferecendo agora, de forma articulada, o que antes tinha finalidades dissociadas, uma educação equilibrada, com funções para todos os educandos.

Nesse contexto, para fazer frente a essa nova realidade mundial, o profissional também precisa desenvolver novas características tanto no seu modo de pensar como no modo de agir e encarar o trabalho. O profissional que sabe apenas cumprir ordens e não tem espírito de equipe, iniciativa, criatividade e que não está disposto a aprender constantemente, não condiz mais com o atual modelo. Desenvolver novas habilidades tanto do ponto de vista operacional como cognitivo e atitudinal, ser flexível, possuir maior capacidade de concentração no trabalho, nas decisões e na resolução de problemas inesperados são características imprescindíveis. As novas máquinas, os novos desafios, a aceleração constante das inovações pedem um profissional versátil. Esse novo comportamento lhe permitirá não ser apenas um trabalhador, mas também um empreendedor, um cidadão consciente e pleno. E para construir esse novo perfil humano a educação também precisa mudar.

O estágio atual da civilização retoma os anseios de Antônio Gramsci, filósofo italiano, que atribuía à escola a função de dar acesso à cultura das classes dominantes, para que todos pudessem ser cidadãos plenos. Segundo Reis (2000), Gramsci no século XX já demonstrava a preocupação com a plenitude da existência humana na qual somente a realização político-cultural poderia configurar a sociedade igualitária.

Na escola prevista por Gramsci, as classes desfavorecidas poderiam se inteirar dos códigos dominantes, a começar pela alfabetização. A construção de uma visão de mundo que desse acesso à condição de cidadão rompendo com interesses dominantes e com o senso comum é uma grande contribuição que Gramsci deixou para a educação a qual influenciou o pensamento de Paulo Freire.

Paulo Freire (2002), por sua condição de pobre, nordestino e brasileiro, baseou sua luta e presença na categoria "opressão", principalmente, por ter sido um homem que fez uma

Projeto Político-Pedagógico Institucional

leitura concreta do mundo do oprimido, da complexidade da relação oprimido e opressor, para, finalmente, propor uma pedagogia libertadora que consiste em uma educação voltada para a conscientização da opressão e a consequente ação transformadora. Para ele, a luta dos oprimidos e sua libertação estão, assim como pensava Gramsci, diretamente conectadas à percepção dessa situação opressora/alienante e à criação de alternativas para essa situação.

Em consonância com esses importantes pensadores e preocupado com as atuais e crescentes transformações sociais, o Governo Federal sancionou a Lei nº 11.892/08, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2008b).

A partir dessa Lei, a educação profissional e tecnológica deixa de ser encarada como mero fator econômico, subjugada às necessidades do mercado, para ser considerada como fator estratégico não só para o desenvolvimento nacional, mas também para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros.

Assim, o Governo Federal passou a reconhecer o grande déficit da oferta da educação profissional e tecnológica e a exaltar sua importância para um desenvolvimento nacional soberano, sustentável e inclusivo. Reconheceu, igualmente, a necessidade de implementar políticas voltadas para as novas configurações do mundo do trabalho, para a reinserção dos desempregados e o desenvolvimento de programas integrados de escolarização e profissionalização, visando atender ao grande contingente de jovens e adultos sem alfabetização ou apenas com escolaridade parcial.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia voltar-se-ão para o desenvolvimento local e regional visando a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas:

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal. O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação (BRASIL, 2008b).

Considerando que somente uma educação que valorize o trabalho, tanto na sua dimensão técnica e científica quanto na sua dimensão política, pode estar de fato comprometida com a realização plena da natureza humana, os Institutos Federais constituem um marco nas políticas para a educação no Brasil, à medida que se revelam numa dimensão da educação profissional alinhada com as políticas de inclusão e com um projeto de Nação.

O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (BRASIL, 2008b).

Como afirmam Ciavatta Frigotto e Ramos (2005), atualmente a educação profissional e tecnológica constitui um processo que objetiva, ao mesmo tempo, qualificar o cidadão e educá-lo em bases científicas, bem como ético-políticas e culturais, baseado na estruturação de uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho. Para tanto, se faz necessária a aquisição de conhecimento da tecnologia e sua relação com a ciência, do meio social e dos contextos nos quais a tecnologia é produzida e, do binômio tecnologia e progresso e suas repercussões nas relações sociais.

Tal princípio educativo pressupõe a construção de um arcabouço institucional, pedagógico e metodológico, cujo horizonte seja a superação da dicotomia histórica entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e operacional, como forma de conduzir a uma formação integral, capaz de permitir ao ser humano não somente a inserção digna no mundo do trabalho, mas igualmente uma atuação cidadã, integrada à sociedade política.

1.3 Expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

A atuação do Governo Federal no sentido de intensificar a expansão da oferta pública visa a melhoria do padrão de qualidade da educação brasileira, em especial da educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, articulando-a com ações de desenvolvimento territorial sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados.

Nesse contexto, toma-se a decisão de ampliar o número de Escolas Federais de Educação Profissional e Tecnológica, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira. A primeira fase dessa expansão,

Projeto Político-Pedagógico Institucional

iniciada em 2006, teve como objetivo implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras, preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.

Na segunda fase da expansão, iniciada em 2007, que veio sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país”, foi prevista a implantação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica. Com isso, projeta-se uma rede federal de educação tecnológica para 500 mil matrículas até 2010, quando a expansão estiver concluída e na plenitude de seu funcionamento.

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-pólo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e, a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

Considerando, portanto, o crescimento expressivo do número de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com a expansão, as novas possibilidades de atuação e as propostas político-pedagógicas que surgem intrinsecamente desse processo em que o caráter social é preponderante, a necessidade de uma nova institucionalidade emerge. Em decorrência, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representa a materialização deste novo projeto, reconhecendo-se como referendo do governo no sentido de colocar em maior destaque a educação profissional e tecnológica no seio da sociedade. Enfim, os Institutos Federais fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento regional.

Os Institutos Federais, atualmente em número de 38, estão presentes em todos os estados. São instituições de educação superior, básica e profissional, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Atuam ainda na oferta de bacharelados, engenharias e licenciaturas. Os Institutos também terão forte inserção na área de pós-graduação, pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade regional.

Em Santa Catarina foram criados dois Institutos Federais: o de Santa Catarina e o Catarinense. O primeiro englobou o antigo CEFET de Santa Catarina, com sede em Florianópolis. O Instituto Federal Catarinense, por sua vez, reuniu as antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Sombrio, Concórdia e Rio do Sul; os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, vinculados à UFSC, além da nova Unidade de Videira.

1.4 Concepção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Os Institutos Federais, no contexto de novas políticas públicas, ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades de toda ordem. Nesse sentido, devem ser considerados bem públicos e, como tal, pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação, respondendo à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública.

Os Institutos são federais, não apenas como expressão da presença em todo o território nacional, mas, acima de tudo, como entes mantidos pelo orçamento público central. Porém, ainda que o financiamento e a manutenção a partir de fonte orçamentária pública representem condição indispensável, a política pública se estabelece no compromisso de pensar o todo enquanto aspecto que funda a igualdade na diversidade social (econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e educacional, dentre outras.

Os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Nesse sentido, cada Instituto Federal deverá dispor de um observatório de políticas públicas enquanto espaço fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho.

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação básica, profissional e superior, pluricurricular e multicampi voltada, primordialmente, para a oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

A gestão, nessa nova estrutura deverá fomentar a participação dos *campi* na definição das diretrizes institucionais, que constituem referencial coletivo, e propiciar a

descentralização dos processos gerenciais, permitindo a consolidação da identidade de cada *campus* em seu contexto de atuação dentro dos limites institucionais.

Em termos de estrutura de funcionamento, os conceitos de verticalização e horizontalidade foram, e devem continuar, se aperfeiçoando. A atuação dos Institutos Federais nos diferentes níveis da educação tecnológica reforça o conhecido conceito da verticalização, pela possibilidade de integração dos diversos níveis de formação, que vão dos cursos de qualificação, técnicos de nível médio, graduação, mestrado e de doutorado.

A verticalização fundamenta-se na oferta de diversos níveis de ensino em uma mesma área de conhecimento que, articulando-se aos diferentes campos do saber, permite ao estudante ascender a graus mais elevados de titulação na própria Instituição.

Esse conceito também é fundamental para oportunizar a participação de professores qualificados e titulados nos diferentes níveis de ensino, abrindo assim, uma ampla possibilidade de articulações entre o ensino técnico, o de graduação e o de pós-graduação, quer por meio de projetos de pesquisas que acolham alunos desses diferentes níveis, quer pela constituição de grupos de estudos ou pelo uso comum da infraestrutura, laboratórios, salas de aula, equipamentos, materiais e outros recursos disponíveis.

A atuação dos Institutos Federais deve considerar igualmente o conceito de horizontalidade, caracterizado, fundamentalmente, pela sua interação com a sociedade, que se traduz na capacidade de atuar como indutora e apoiadora do desenvolvimento local e regional, transformando as expectativas, os anseios, as demandas e as necessidades sociais em objetos de ensino, pesquisa e extensão.

A orientação horizontal apresenta-se, assim, como importante canal de atualização para o ensino e a pesquisa; a orientação vertical, por sua vez, eleva o patamar das competências internas, resultando em níveis mais avançados de interação com os diferentes setores com os quais a Instituição tem interface. Trata-se, em última instância, de dois vetores complementares que devem continuar sendo aprimorados.

A articulação do ensino com as iniciativas de pesquisa e de extensão deverá considerar a aproximação com o mundo do trabalho, não como definidor de suas políticas internas, mas como elemento importante para dupla conscientização:

- a) a do pesquisador e do extensionista, ao aceitarem também como desafio acadêmico a busca de soluções para os problemas, com a possibilidade de interferir,

indiretamente, nas formas de gestão e nas relações de trabalho. Tal busca pode estar diretamente ligada à resolução de problemas e desenvolvimento de tecnologias decorrentes de demandas apresentadas pelos setores produtivos ou, ainda, o desenvolvimento de pesquisas, com o intuito de produzir novos conhecimentos que servirão de suporte para novas pesquisas e tecnologias.

b) a do mundo do trabalho, que poderá ser beneficiado com os conhecimentos disponibilizados por essas iniciativas, mas precisará submeter-se às exigências decorrentes do “rigor acadêmico” que, necessariamente, revestem tais atividades.

A orientação horizontal possibilita, ainda, a contínua atualização científica e tecnológica, pela articulação entre os *campi* dos Institutos Federais, bem como com instituições congêneres.

Assim, fica instituída, no âmbito do Sistema Federal de Educação, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008b), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

As instituições mencionadas nos incisos I e II possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008b), em seus artigos 1, 2, 4 e 5, reconhece e legitima os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Já no Art. 6º constam as finalidades e características, a saber:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

Projeto Político-Pedagógico Institucional

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Quanto aos objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constantes no Art. 7º da referida Lei são os seguintes (BRASIL, 2008b):

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

2 GÊNESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

O Instituto Federal Catarinense, com sede em Blumenau/SC, criado pela Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008b), possui atualmente seis *campi* instalados no Estado de Santa Catarina, a saber: Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul, Sombrio e Videira. De acordo com a Lei é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar.

Essa Instituição abrange todo o território catarinense, o que contribuirá para posicionar a nova estrutura do Instituto Federal Catarinense, recém-implantado, numa Instituição de desenvolvimento estadual e, seus *campi*, em elos de desenvolvimento regional, garantindo-lhe a manutenção da respeitabilidade, junto às comunidades onde se inserem suas antigas instituições, cuja credibilidade foi construída ao longo de sua história.

No âmbito da gestão institucional, o Instituto Federal Catarinense busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade.

Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumenta significativamente a inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade.

O Instituto Federal Catarinense oferecerá cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, além de apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

A transformação das escolas em *campi* insere-se no contexto mais amplo das transformações da sociedade, tendo em vista que é nas relações sociais que são construídos os processos educacionais.

2.1 O Estado de Santa Catarina e suas Potencialidades Socioeconômicas

Localizado no sul do Brasil, o estado de Santa Catarina possui uma área de 95.318,3 km², ocupando 1,13% da superfície do território brasileiro. A proximidade em relação aos principais mercados do Brasil e da América do Sul garante ao Estado uma posição privilegiada geograficamente. A população do Estado é majoritariamente descendente de europeus de diversas origens, com predominância de portugueses, italianos e alemães.

Segundo dados do IBGE (2007), o Estado contava com uma população de 5.866.252 habitantes, dos quais aproximadamente 18% viviam no campo (2003), em cerca de 293 mil estabelecimentos rurais. Devido ao intenso processo de urbanização, ocorrido após a década de 1970, atualmente 40% da população catarinense está concentrada nas 10 cidades que têm mais de 100 mil habitantes.

A diversificação econômica é outra característica de destaque em Santa Catarina, assim como a utilização de tecnologias modernas e a adoção de técnicas de gestão empresarial. As unidades produtivas estão distribuídas por todo o território, sendo que as principais atividades econômicas são a agricultura, a pecuária, a pesca, o turismo, o extrativismo e a indústria. O Produto Interno Bruto do estado é de R\$ 62.213.541.000,00, o que representa 4.0% do total nacional, garantindo-lhe a posição de 7º maior do Brasil (EPAGRI, 2008).

As empresas do setor industrial estão aglutinadas em pólos regionais especializados, destacando-se o de cerâmica, o têxtil, o eletro-metal-mecânico, o agroindustrial, o de madeira e o de papel. Há cerca de 43 mil indústrias que empregam aproximadamente 365 mil trabalhadores.

O extrativismo do carvão mineral (2,4 bilhões de toneladas), da fluoreta (5,5 milhões de toneladas) e do sílex (5,8 milhões de toneladas) coloca Santa Catarina entre os estados brasileiros detentores das maiores reservas destes minerais. Da mesma forma, o Estado possui a segunda maior reserva de quartzo e grandes ocorrências de argila cerâmica, bauxita e pedras semipreciosas. Petróleo e gás natural, na plataforma continental, e uma das maiores reservas mundiais de água subterrânea potável do mundo (reserva Botucatu) complementam o rol privilegiado de recursos naturais (EPAGRI, 2008).

Segundo dados da EPAGRI (2009), Santa Catarina está entre os seis principais estados produtores de alimentos, sendo detentora dos maiores índices de produtividade, graças à

capacidade de trabalho e de inovação do agricultor, ao emprego de tecnologias de ponta e ao caráter familiar de mais de 90% das explorações agrícolas. Dentre os principais produtos do setor primário destacam-se a cebola, a maçã, a carne suína, a carne de frango, o alho, o fumo, o mel, a mandioca, o arroz e a banana. A vinculação com os complexos agroindustriais estabelecidos no Estado constitui-se no grande motor da economia local.

Quanto à agricultura familiar, o estado de Santa Catarina dispõe de um patrimônio natural rico e diverso, que contribuiu para moldar sua estrutura fundiária, caracterizada pela predominância de um modelo de agricultura familiar de pequenas propriedades. Com base nos critérios de classificação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), estima-se em Santa Catarina um universo de 180 mil famílias, ou seja, mais de 90% da população rural. Estas famílias de agricultores, apesar de ocuparem apenas 41% da área dos estabelecimentos agrícolas, são responsáveis por mais de 70% do valor da produção agrícola e pesqueira do Estado, destacando-se na produção de 67% do feijão, 70% do milho, 80% dos suínos e aves, 83% do leite e 91% da cebola.

2.2 Caracterização dos campi

A identidade do Instituto Federal Catarinense é, na verdade, o somatório das identidades de cada *campus* que o constitui. Assim sendo, é importante resgatar o histórico de cada um deles e sua contribuição para o desenvolvimento regional.

2.2.1 Campus Araquari

Desde o final do período imperial vem sendo implementada no Brasil a educação agrícola. Porém, somente no final da década de 50 é que o Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira (CASC GO) entra para os cenários da educação brasileira e da educação agrícola. Inicialmente, a instituição denominou-se Escola de Iniciação Agrícola “Senador Gomes de Oliveira”, e sua fundação, em Araquari, deu-se em 26 de fevereiro de 1954, por acordo celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina, conforme publicação no Diário Oficial nº 63, de 18 de março de 1954. No entanto, somente em 1959, efetivamente, suas atividades começaram. Embora fosse destinada ao ensino agrícola, não possuía área de terra preparada e em condições de cultivo para demonstrar na prática os ensinamentos técnicos.

Projeto Político-Pedagógico Institucional

Isto demandou esforços conjuntos dos diretores, professores, funcionários e dos próprios alunos que trabalharam para que as unidades didáticas pudessem ser desenvolvidas.

Até o ano de 1963, a Escola formou três turmas de operários agrícolas. Após esse período, a instituição transformou-se no Ginásio Agrícola “Senador Gomes de Oliveira” e passou a ministrar o curso de Mestre Agrícola, formando seis turmas. Em 1968 o Ginásio Agrícola foi transferido para a Universidade Federal de Santa Catarina, por força do Decreto nº 62.173, de 25 de janeiro de 1968, publicado no Diário Oficial da União em 26 de janeiro de 1968, integrando-se ao Sistema Federal de Ensino, na condição de Colégio Agrícola “Senador Carlos Gomes de Oliveira”, com a finalidade de formar técnicos agrícolas em nível de segundo grau, conforme Portaria nº 059, de 24 de julho de 1981, da Secretaria de 1º e 2º Graus do MEC.

O CASCGO, durante quase cinquenta anos, ministrou apenas o “Curso Técnico em Agropecuária”, nas modalidades concomitante e subsequente (antigo sequencial). Atualmente oferece os seguintes cursos:

a) Ensino Médio: oferecido em regime anual, exclusivamente em concomitância ao curso Técnico em Agropecuária, tendo duração de três anos;

b) Curso Técnico em Agropecuária, oferecido em três modalidades:

- Em regime anual e Concomitante ao Ensino Médio, com duração de três anos;
- Em regime semestral, subsequente, com duração de três semestres, podendo haver concomitância externa, a partir da terceira série do Ensino Médio;
- PROEJA, em regime de alternância.

c) Curso Técnico em Aquicultura, oferecido em regime anual, subsequente, com duração de um ano, podendo haver concomitância externa/interna a partir da terceira série do Ensino Médio;

d) Curso Técnico em Informática, com Habilitação em Sistemas de Informação, oferecido em regime anual, subsequente, com duração de um ano, podendo haver concomitância externa/interna a partir da terceira série do Ensino Médio e na modalidade PROEJA (Habilitação em Manutenção de Equipamentos de Informática);

d) Curso Técnico em Informática para Internet, oferecido em regime anual, subsequente, com duração de um ano, podendo haver concomitância externa/interna a

partir da terceira série do Ensino Médio e na modalidade PROEJA (Habilitação em Manutenção de Equipamentos de Informática);

e) Curso Técnico em Pesca, oferecido dentro da legislação específica para educação de jovens e adultos, no âmbito do PROEJA, ofertado a partir de 2007.

A Instituição funciona em regime de atividade de ensino e produção, onde o educando realiza as atividades teóricas e práticas, num período de 08 horas diárias, à exceção dos finais de semana, quando são mantidas escalas de serviços rotativos para a realização de manejos técnicos nas unidades. Os alunos participam, além das atividades teóricas e práticas, de atividades desportivas, de cultura e de lazer.

Nos períodos de férias letivas, as unidades são mantidas através da ação de alunos estagiários, no mesmo sistema do período letivo, de tal forma que o estabelecimento não sofra interrupções nas suas atividades educacionais e produtivas. Além dos alojamentos, das salas de estudo, do refeitório, da biblioteca extra-horário e da lavanderia, o *Campus* conta com ambientes de esporte e lazer, além de toda estrutura e pessoal de apoio. Há os alojamentos para os alunos internos e para os semi-internos, com direito a quatro refeições diárias (café, almoço, janta e lanche noturno).

Atualmente, o *Campus* continua atuando no sistema de Escola-Fazenda, com as seguintes Unidades Didáticas de Produção:

a) Área de Fitotecnia: olericultura, fruticultura, horticultura ornamental e horticultura medicinal, culturas regionais anuais (milho, mandioca). O *Campus* produz, ainda, mudas de palmeira-real e cultiva cogumelos.

b) Área de Zootecnia: suinocultura, cunicultura, avicultura (frangos de corte e postura comercial), apicultura, bovinocultura de leite, matrizeiro de marrecos, incubatório (produção de marrecos de um dia) e aquicultura.

c) Área de Sistema de Informação: análise de sistemas, banco de dados, programação orientada a objetos, empreendedorismo e redes de computadores.

d) Área Administrativa: posto de vendas, indústria rural, mecanização agrícola, cooperativa-escola e almoxarifado.

e) Área de Ensino: salas de aulas, laboratórios (biologia, química, física, aquicultura, qualidade de água, educação ambiental, de cogumelos, de informática), sala de professores, secretaria e biblioteca.

O *Campus* conta também com a COOPERCASCGO (Cooperativa de Alunos do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira) que, além de ser de grande serventia social, fornece aos alunos noções de mercado, administração, gestão de negócios e empreendedorismo.

2.2.2 *Campus Camboriú*

O *Campus* Camboriú está localizado numa região formada por nove municípios litorâneos (Balneário Camboriú, Camboriú, Bombinhas, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Piçarras e Porto Belo), os quais compõem a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI, limitando-se ao leste com o Oceano Atlântico; ao sul, com as cidades que compõem a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS; ao norte, com as cidades que compõem a Associação dos Municípios do Vale do Rio Itapocu – AMVALI; e a oeste, com as que compõem a Associação do Médio Vale do Itajaí - AMMVI.

Situado numa das áreas mais produtivas do Estado, está próxima da BR-101 e BR-470. Destaca-se também a proximidade do Aeroporto Internacional Ministro Victor Konder, de Navegantes; do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis; e o Porto de Itajaí, um dos maiores portos do país.

Economicamente, dentro das mais diversas indústrias produtivas na região onde o *Campus* é o epicentro, destacam-se:

- a) Turismo: hotéis, agências e empresas de turismo;
- b) Serviços: reparo e conservação de elevadores e ar condicionado, imobiliárias e administradoras de condomínios, além de atividades de suporte portuário;
- c) Metalúrgica: componentes e equipamentos automotivos, máquinas, móveis tubulares, bicicletas, equipamentos para indústria da construção civil, eletrodomésticos, acessórios industriais e fundidos em geral;
- d) Mobiliário: copas, cozinhas, dormitórios e demais artigos no ramo;
- e) Têxtil/Vestuário: jeans, malhas, confecções em geral, tinturarias industriais e fiação;

f) Produtos Alimentícios: aperitivos, carnes, leites e derivados;

g) Construção Civil: construção predial, desenho técnico e segurança.

O crescimento populacional registrado no último censo resulta em aumento na demanda por cursos profissionalizantes que capacitem a população a fim de atender às mudanças no mercado de trabalho e a necessidade de acompanhamento do progresso da ciência e da tecnologia.

O *Campus* de Camboriú, até final de 2008, era denominado Colégio Agrícola de Camboriú – CAC. Foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre o Governo Federal e o Estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial da União em 15 de abril de 1953.

Em 1962 foi dado início às atividades pedagógicas, momento em que a Instituição oferecia o Curso Ginásial Agrícola. Em 1965 houve a criação do Curso Técnico em Agricultura, que passou, em 1973, a denominar-se Curso Técnico em Agropecuária.

Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação (MEC). O decreto 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira do Colégio para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau profissionalizante.

Em 1990 o CAC passou a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária, na modalidade subsequente ao ensino médio.

Apesar de ser uma Instituição nomeada como agrícola, a partir de 2000 passou a oferecer outros cursos nas áreas do conhecimento de Informática e Meio Ambiente. Em 2003, percebendo a necessidade do mercado de trabalho local passa a oferecer o Curso Técnico em Transações Imobiliárias e, da mesma forma, a partir de 2008, o curso Técnico em Turismo e Hospitalidade.

No ano de 2007 foi implantado o Curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Projeto Político-Pedagógico Institucional

No final de 2008, a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possibilitou a criação de cursos que até então, por fatores diversos, não podiam ser oferecidos à comunidade.

Pioneiro na formação de Técnicos em Agropecuária em Santa Catarina, a Instituição forma profissionais que prestam especial contribuição para a difusão tecnológica junto a agricultores e trabalhadores rurais de todas as regiões do nosso estado e de outros estados da União.

Localizado no município de Camboriú, em Santa Catarina, o *Campus* possui uma área total de 205 hectares e 9.024 m² de área construída, das quais 5.840 m² são destinadas às atividades agropecuárias. As demais áreas: alojamentos, biblioteca informatizada, cozinha, refeitório, lavanderia, almoxarifado, indústrias rurais, abatedouro, oficina mecânica, marcenaria e casa de funcionários totalizam 7.215 m². Conta, ainda, com as áreas para produção agrícola, de preservação ambiental, para produção agropecuária, ruas, parques e jardins.

Atualmente os laboratórios (Construções e Instalações Rurais, Controle Ambiental, Plantas Medicinais, Programação e Desenvolvimento de Softwares, Hardware, Redes e Sistemas Operacionais, Laboratório Multidisciplinar Avançado de Transações Imobiliárias e Informática, Eletrônica, Programação Visual e Webdesign, Física, Química, Biologia, Inseminação Artificial e Informática Aplicada I, II, III e IV) permitem aos discentes complementar, na prática, os ensinamentos teóricos da sala de aula.

Além desses laboratórios, o *Campus* possui as seguintes unidades didáticas e de produção:

- a) Área de fitotecnia – olericultura, silvicultura, fruticultura, culturas regionais e floricultura;
- b) Área de zootecnia – suinocultura, cunicultura, piscicultura, avicultura de corte e postura, apicultura, bovinocultura de leite e de corte e ovinocultura;
- c) Área de apoio administrativo – abatedouro-escola, comercialização, indústria rural, marcenaria, mecanização agrícola e ferramentaria.

Nessas unidades, as ações educativas e de produção são programadas pelos coordenadores e os resultados financeiros constituem-se em recursos próprios que são reaplicados nas atividades de manutenção e ampliação das atividades educacionais e produtivas. Todas as atividades de manutenção das unidades são realizadas pelos discentes, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

Projeto Político-Pedagógico Institucional

em sistema de escola de serviço, o que possibilita a passagem de todos os matriculados pelas unidades, no decorrer dos três anos letivos. Essas atividades são essenciais no modelo que a Instituição adota para formar seus técnicos em agropecuária: aprender a fazer, fazendo.

A biblioteca do *Campus* abriga um acervo formado por livros, folhetos, periódicos, CD-ROMs, DVDs e dez computadores com acesso à *internet*. Visando melhor atender as necessidades locais e melhorar a prestação de seus serviços, em 2009 a biblioteca ocupará novo espaço com 600m². Consultas ao acervo, reservas e renovações de materiais podem ser realizadas via *internet*, através de seu site.

Destaca-se, também, o Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais – NAPNE, além do atendimento médico e odontológico.

O corpo docente do *Campus* atualmente é constituído por 44 professores do quadro efetivo, sendo que seis deles são graduados, cinco são especialistas, 26 são mestres, seis são doutores e um é PhD. O *Campus* conta também com 13 professores do quadro temporário, dos quais três são graduados, cinco são especialistas, quatro são mestres e um é doutor. Já o corpo técnico-administrativo é composto por 39 efetivos e 34 terceirizados.

A transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia marca um novo tempo na história da Instituição. A finalidade do Instituto Federal é formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

2.2.3 *Campus* Concórdia

O município de Concórdia situa-se na região sul do país, no oeste do estado de Santa Catarina e na microrregião do Alto Uruguai Catarinense. Possui área de 797.260 km² e população de 67.249 habitantes (IBGE, 2008), estando 18 km próximo à divisa com o estado do Rio Grande do Sul. Apresenta um grau de urbanização relativamente baixo em relação ao resto do País, com uma parcela significativa da população na zona rural.

Atualmente Concórdia possui 3.219 propriedades rurais e representa a 12^a economia do Estado, sendo reconhecida nacionalmente como a “capital da suinocultura”. É intenção das

forças produtivas e políticas do município que passe a ser também conhecida como a capital nacional da diversificação da produção agropecuária.

A cidade representa a maior bacia leiteira do Estado, primeiramente independente e mais tarde integrada às grandes agroindústrias. É berço da empresa Sadia S/A, a qual, dentre suas atividades, atua no abate de aves e suínos e conta com grande serviço de inspeção federal. A EMBRAPA Suínos e Aves também está situada em Concórdia, o que engrandece ainda mais o potencial regional no ramo da pesquisa agropecuária.

É notória a presença das associações de criadores de suínos, bovinos e ovinos na região, tanto pela reconhecida militância e busca de melhorias/ inovações para a classe, quanto pela proposta de fortalecimento coletivo, difundido em seminários e eventos integradores promovidos pelas agremiações.

Apesar de sua colonização ser recente, se comparada à de outras regiões do Brasil, Concórdia encontra-se atualmente na região província de maior complexo agroindustrial de suínos e aves da América do Sul, e com isso tem conquistado mercados distantes, levando consigo indústrias fornecedoras de máquinas, equipamentos e embalagens, serviços que devem ser identificados como necessários ao processo de industrialização agropecuária e não simplesmente setor terciário.

Historicamente, a região é reconhecida também como um modelo na distribuição de terras caracterizadas pelas pequenas propriedades da agricultura familiar.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* Concórdia iniciou suas atividades pedagógicas em março de 1965, como Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, formando a primeira turma em 1968. Elevou-se de Ginásio Agrícola para a categoria de Colégio Agrícola, em 12 de maio de 1972, através do Decreto nº 70.513. Posteriormente, pelo Decreto nº 83.935, de 04 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. Foi transformado em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 2º do anexo I, Decreto nº 2.147, de 14 de fevereiro de 1997, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC, adquirindo autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira.

Por fim, através da Lei 11.892/08, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, denominando-se *Campus Concórdia*.

A área total do Instituto Federal Catarinense – *Campus Concórdia* é de 2.530.000 m², sendo que desse total 27.397,68 m² são de área coberta e 70.300 m² de área construída. Sua estrutura física é composta por laboratórios de informática, biologia, solos, química, física, análises sensoriais, bromatologia, microbiologia e biotecnologia; mini-usina de beneficiamento em panificação, laticínio, produtos cárneos e vegetais; ginásio de esportes; campo de futebol, com pista de atletismo; refeitório; biblioteca; quatro alojamentos de estudantes masculino e um feminino; centro cultural; centro administrativo; centro pedagógico; centro de educação tecnológica; auditório; parque tecnológico – TECNOESTE e equoterapia; e unidades educativas de produção agrícola e zootécnica. O quadro de servidores deste *Campus* é composto por 38 docentes efetivos, cinco substitutos, 60 técnicos administrativos e 55 servidores terceirizados.

O Campus ministra cursos técnicos de nível médio, voltados à Agricultura, Zootecnia e Agroindústria, concomitantes com o Ensino Médio, além de oferecer, desde 2005, curso superior em Tecnologia de Alimentos.

Nos 44 anos de ensino técnico, a Instituição tem buscado atualização constante, modernizando o ensino, além de ter alcançado e beneficiado grande parte da população da região através de atividades de extensão, como: programas técnicos em rádios, jornais e televisão, exposições, feiras, dias de campo, visitas técnicas, seminários e palestras.

2.2.4 Campus Rio do Sul

A cidade de Rio do Sul, inserida no Alto Vale do Itajaí, apresenta uma economia diversificada, destacando-se a indústria de confecção, o setor metal-mecânico e a agroindústria alimentícia, onde os padrões de concorrência regional historicamente estão definidos no sentido da valorização industrial, com a sua penetração no espaço agrícola e nos territórios dos pequenos municípios. O dinamismo no desenvolvimento do Alto Vale é conferido por uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas de empresas urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas.

Projeto Político-Pedagógico Institucional

A região do Alto Vale do Itajaí tem uma população total de 247.478 habitantes, segundo dados do IBGE (2003), sendo que no ensino fundamental existem 40.659 alunos matriculados, além de 14.193 no ensino médio. Estes dados demonstram uma grande distância entre o número de estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio, caracterizando a necessidade de universalização do ensino médio.

Isso nos remete a inferir que as políticas públicas de educação objetivem, além de buscar essa universalização, também formar cidadãos com capacidade crítica e criadora, tanto produtiva como culturalmente, numa perspectiva de construção de saberes técnicos e tecnológicos de acordo com a realidade nacional e regional. Desta forma, procura-se responder tanto às demandas sociais quanto às produtivas, e não apenas aos interesses imediatos do mercado.

A origem da antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul – EAFRS está intimamente ligada a problemas econômicos e sociais percebidos a partir da década de 70, na região do Alto Vale catarinense. Após um estudo da situação da agricultura regional houve uma mobilização política pró-criação da então Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul.

O marco referencial da mobilização foi a entrega, em 1972, pelo Professor Viegand Eger, então presidente da Comissão Pró-construção da Escola Agrotécnica, de um documento ao Presidente Emílio G. Médici, com as justificativas para a construção da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul.

Em 1986, após quinze anos de mobilização, o projeto foi oficializado por ocasião da visita do Ministro da Educação Jorge Bornhausen, à Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí – FEDAVI, atual Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

Na oportunidade, o Ministro da Educação afirmou que a União poderia assumir a construção da Escola Agrotécnica Federal em Rio do Sul desde que o terreno, com aproximadamente 150 ha, fosse adquirido pela comunidade, o que foi viabilizado com uma campanha para a aquisição e doação do terreno à União. Participaram da campanha 146 doadores, dos mais diversos setores da sociedade, inclusive pessoas físicas.

Embora a área tenha sido adquirida no ano de 1986, a escritura da mesma foi transferida para a União somente no final do ano de 1999. No dia 22 de julho de 1988, o

Projeto Político-Pedagógico Institucional

Ministro da Educação, Senador Hugo Napoleão, participou do lançamento da pedra fundamental da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul – EAFRS.

A criação da antiga EAFRS não se deu por meio de uma Portaria do Ministério da Educação, a qual desencadeia uma série de mecanismos burocráticos que permitem o contingenciamento de recursos do Orçamento Federal para as obras. Este fato resultou em dificuldades para a obtenção de recursos de forma regular e continuada fazendo com que a obra diversas vezes fosse paralisada.

A parte inicial da construção foi viabilizada com recursos do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico - PROTEC, o qual priorizava a ampliação do ensino agrícola de 5ª a 8ª séries.

Em 30 de junho de 1993, pela Lei Federal nº. 8.670, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul - EAFRS - SC. Logo em seguida foi autarquizada pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

As suas atividades letivas de 2º Grau (Ensino Técnico em Nível Médio) iniciaram no dia 05 de junho de 1995, estruturada e fundamentada no Sistema Escola-Fazenda. A primeira turma do curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária teve 120 alunos matriculados, dos quais 89 colaram grau no dia 06 de junho de 1998.

Em 14 de fevereiro de 1997 vinculou-se ao Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), nos termos do artigo 2º do anexo I ao decreto nº 2.147. Por fim, através da Lei nº 11.892, a antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, com a nova denominação de *Campus* de Rio do Sul.

Atualmente o *Campus* Rio do Sul dispõe na sua sede de 17 salas de aulas, uma biblioteca, dois laboratórios de informática, um laboratório de topografia, um laboratório de química, um laboratório de física, um laboratório de biologia, além de um auditório. A sua Unidade urbana possui 10 salas de aula, dois laboratórios de informática, uma biblioteca setorial e um auditório. Para atender toda esta infraestrutura, o *Campus* Rio do Sul tem a sua disposição 52 docentes em seu quadro efetivo.

Com relação aos cursos, são ofertados o Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária (nas modalidades integrado, concomitante, subsequente e PROEJA), em

Agroecologia (integrado e concomitante), Técnico Florestal (subsequente), Técnico em Informática (concomitante e subsequente) e o Curso Superior de Tecnologia em Horticultura.

Para os próximos anos, o *Campus* pretende oferecer cursos de graduação nas áreas Agrícola, de Informática e de Matemática, além do Curso Técnico em Eletromecânica. Para tanto, serão concursados mais dezessete professores, que atenderão também os novos cursos previstos para a unidade recém-criada no município de Ibirama/SC.

2.2.5 *Campus* de Sombrio

O *Campus* de Sombrio tem sua unidade central localizada no município de Santa Rosa do Sul e sua unidade descentralizada, no município de Sombrio. Ambos os municípios se localizam no extremo sul catarinense, na microrregião geográfica de Araranguá.

A microrregião contava, em 2008, com uma população total de 199.901 habitantes, respondendo por 3,3% da população catarinense. A maior parte da população concentra-se no meio urbano (63,3%), numa taxa de urbanização inferior à média catarinense, que é de 78,7%. Apesar do setor de serviços ter a maior participação na formação do PIB (Produto Interno Bruto) regional, respondendo por 58,7%, há uma forte expressão da atividade agropecuária, pois em nove dos 15 municípios da microrregião, este setor predomina sobre as atividades industriais (IBGE, 2008).

No setor agropecuário destaca-se o cultivo de arroz, onde a microrregião ocupa a primeira colocação estadual, respondendo por 30,1% da produção. O cultivo de fumo é o terceiro mais expressivo de Santa Catarina, representando 11,6% da produção estadual. A banana, por sua vez, responde por 3,6% da produção catarinense. Além desses cultivos, destacam-se ainda o milho, a mandioca, o feijão e a cana-de-açúcar. A pecuária, que vem recebendo incentivos mais recentes, tem expandido o setor de bovinos de corte e de leite, além da avicultura de corte (EPAGRI, 2008).

A produção regional está ancorada em uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade de trabalho familiar, pois 65,1% dos estabelecimentos rurais da microrregião têm dimensões de até 20 hectares. Nelas, as parcerias e os arrendamentos tem pequena participação, pois 72,9% dos estabelecimentos são ocupados pelos próprios proprietários (IBGE, 1996). Este quadro indica que o *Campus* Sombrio tem cumprido um importante papel para a região, ao fornecer cursos técnicos de nível médio no setor agropecuário, formando

jovens profissionais qualificados para permanência no campo e para comandar sua expansão produtiva.

Apesar do perfil agropecuário, a atividade industrial é crescente, sobretudo nos dois municípios mais populosos da microrregião (Araranguá e Sombrio). Nestes, o setor calçadista consolidado nos anos de 1970, ainda apresenta expressão. Contudo, o perfil industrial vem se ampliando, com um forte crescimento da indústria da confecção, ancorada nas economias de escala comandadas pelo pólo confeccionista de Criciúma. A consolidação deste setor no extremo sul catarinense abre perspectivas futuras para ampliação dos segmentos de atuação do *Campus Sombrio*.

Foi em consonância com o perfil produtivo da região que, na década de 1990, reuniram-se esforços para a instalação de uma escola profissionalizante da rede federal de ensino no extremo sul catarinense. Inaugurada em 1993, a então Escola Agrotécnica Federal de Sombrio era a única instituição federal de ensino técnico a atuar no sul de Santa Catarina. Sua instalação, em uma região carente de instituições públicas de ensino profissional, consolidou o atendimento a uma ampla área de abrangência que demandava grandes esforços na formação de profissionais na área da agropecuária. Neste sentido, a Instituição passou a ofertar o Curso Técnico na área de agropecuária, atendendo principalmente a microrregião de Araranguá, além das microrregiões de Criciúma, Tubarão e São Joaquim e também as microrregiões gaúchas do Litoral Norte e dos Campos de Cima da Serra.

O *Campus Sombrio* foi pioneiro na oferta do Curso Técnico de Turismo e Hospitalidade, com ênfase no Turismo Rural, como forma de aliar o aproveitamento dos potenciais naturais da região “entre a serra e o mar” com a agropecuária, criando condições para diversificação e elevação do valor agregado das atividades rurais. Ao mesmo tempo, os problemas ambientais, marcados pelo pequeno índice de preservação da mata nativa, o esgotamento dos recursos hídricos e o elevado nível de contaminação das águas da bacia do rio Araranguá abrem perspectivas de atuação para este *Campus*.

Contudo, como já apontado, a região se destaca pela participação do setor de serviços na composição do PIB regional. Este quadro indicou a necessidade de profissionais para a área, o que levou à criação do curso Técnico em Informática, que atende a demanda da formação regular e do PROEJA. Este curso, realizado na unidade descentralizada de Sombrio, fornece técnicos para os mais diversos segmentos do setor de serviços, do comércio e da própria indústria.

Atendendo a demandas crescentes na formação de trabalhadores qualificados de nível médio, a região carecia totalmente de oferta de ensino público para o nível superior. Tinha-se, até muito recentemente, apenas a atuação de duas universidades particulares, ofertando cursos presenciais nos municípios de Araranguá e Criciúma. Os egressos do ensino médio, para acessar vagas em cursos superiores gratuitos, tinham como opção mais próxima Florianópolis, Porto Alegre e Lages, sedes, respectivamente, da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade do Estado de Santa Catarina. Esta ausência de opções forçava um grande número de jovens a interromper sua escolaridade. Agora, contudo, configura-se um novo quadro.

Com a recente expansão da rede federal de educação profissional e a transformação de suas unidades em Institutos Federais de Educação, aptos para a oferta de ensino superior, a região está vivenciando a perspectiva concreta e imediata de ter essas demandas de ensino atendidas, de forma gratuita. Ao lado da unidade descentralizada do Instituto Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal de Santa Catarina, recém instaladas em Araranguá, o *Campus Sombrio* poderá contribuir para o acesso de parcelas consideráveis da população regional à educação superior pública e de qualidade.

Atualmente, a Instituição possui uma área total 204 hectares em sua sede, no município de Santa Rosa do Sul. Destes, 17.065 m² compõem a sua área construída, que é constituída de diversos ambientes pedagógicos e administrativos, tais como salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditórios, ambientes poliesportivos e unidades didáticas, entre outros. O Campus conta também com a sua nova unidade descentralizada no município de Sombrio, que dispõe de 1.008,54 m² de área construída, composta de salas de aula, biblioteca, laboratórios e ambientes administrativos diversos. Além da estrutura física, o *Campus* conta com um qualificado grupo de recursos humanos, constituído por 45 docentes e 72 servidores técnico administrativos.

Na atualidade a Instituição oferece regularmente os cursos técnicos de Turismo e Hospitalidade, com ênfase em Turismo Rural; Técnico em Informática, com habilitação em Manutenção de Microcomputadores e Técnico Agrícola, com habilitação em Agropecuária, além do Ensino Médio em concomitância interna. Estão previstos para o desenvolvimento em curto prazo os cursos superiores de Engenharia Agrônômica, Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores, Licenciaturas em Biologia e Matemática.

2.2.6 *Campus Videira*

Videira possui o *Campus* mais jovem do Instituto Federal Catarinense. Situada no Vale do Rio do Peixe, o município de Videira está a 450 km da capital, Florianópolis. Tem uma área de 378,4 km² e faz limites com os seguintes municípios: Caçador e Rio das Antas, ao norte; Pinheiro Preto, ao sul; Fraiburgo e Tangará, a leste; e Arroio Trinta e Iomerê, a oeste. Possui clima úmido do tipo temperado, com as estações bem definidas e temperaturas médias que variam de 35°C, no verão, a 0°C, no inverno. O acesso terrestre pode ser feito pela SC-453 e SC-303. O aéreo, através do Aeroporto Municipal Prefeito Ângelo Ponzoni.

A população atual é de aproximadamente 50.000 habitantes e tem nas atividades industriais, comerciais e agrícolas a base de sua economia. No setor primário, o destaque é a fruticultura, com ênfase na cultura do pêssego, ameixa e uvas; na pecuária destaca-se na criação de suínos, aves e bovinos de leite; e no comércio e indústria, as cantinas de vinho e indústrias de sucos. Destaca-se, ainda, a empresa Perdigão, um dos maiores frigoríficos da América Latina, absorvendo a maior fatia da produção de aves e suínos do município e da região, gerando milhares de empregos.

Pela sua topografia acidentada, característica peculiar da região, Videira possui muitos atrativos naturais como rios, cachoeiras e áreas verdes. Em 1965 foi criada, por Lei municipal, a reserva florestal Parque da Uva, em uma área de 70.000 m² com bosques e áreas de lazer, constituída de rica reserva de plantas nativas.

A Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, por meio da Lei nº 1601/05, de 30 de novembro de 2005, celebrou um Convênio com o Poder Executivo Municipal, visando a instalação e manutenção do funcionamento de uma extensão no município de Videira, sendo este convênio renovado semestralmente.

Através do quadro de expansão iniciado com a P/L 70/2006 consolidou-se o processo de criação da UNED.

A Extensão iniciou suas atividades em março de 2006 e desde então funciona no prédio da Escola Criança do Futuro – CAIC, espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Videira. Neste, há uma sala de aula, a secretaria escolar, um laboratório de informática e um laboratório de química.

Também em março de 2006 teve início a primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária, constituída de trinta e cinco alunos, sendo coordenada por um coordenador,

Projeto Político-Pedagógico Institucional

uma secretária e uma equipe de cinco professores. Em 2007 iniciou a segunda turma e ocorreu a contratação de novos professores. Enquanto uma turma funcionava no período matutino, a outra ocorria no período vespertino. Em junho de 2008 aconteceu a formatura da primeira turma.

Em 2008, a emenda parlamentar do então Deputado Federal Carlito Mers possibilitou a aquisição de equipamentos e, através de emenda parlamentar da Senadora Ideli Salvatti, foi dado início às obras do *Campus*, no local onde anteriormente estava instalado o Horto Municipal da Prefeitura de Videira. As obras se encontram em fase de conclusão e possui sete prédios, sendo um destinado a 22 salas de aula, um para a administração e cinco laboratórios, além da biblioteca, a cantina, o auditório e o ginásio de esportes.

Através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi criado o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense, sendo Videira um *campus* integrante. (BRASIL, 2008b)

Através de Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Videira, realizada em 04 de abril de 2008, ficou definido que o *Campus* ofertaria cursos nas seguintes áreas de conhecimento: agropecuária, embalagens, indústria e licenciaturas.

Em 2009 será feito concurso para a contratação de professores, técnicos administrativos e demais cargos e também exame de seleção para a entrada dos alunos.

3 ENFOQUES ORIENTADORES

3.1 Missão

Ofertar uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural.

3.2 Visão Institucional

Ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada.

3.3 Princípios e valores

O Instituto Federal Catarinense tem como princípios e valores:

- a) o compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- b) a natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;
- c) o compromisso com uma administração sistêmica e descentralizada em suas ações, preservando e respeitando a singularidade de cada *campus*;
- d) a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão, em consonância com a comunidade e as políticas públicas;
- e) a eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- f) a garantia do acesso e a permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais.

3.4 Concepções pedagógicas

A prática educativa é o núcleo em torno do qual se organiza toda a instituição de ensino e torná-la significativa é o que realmente importa. Para esse fim, deve convergir o esforço dos vários elementos que formam um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: pessoas, estrutura física, recursos de apoio, sistema administrativo e organização didático-pedagógica. Dentro dessa perspectiva o Instituto Federal Catarinense balisa-se nas concepções abaixo descritas.

• **Ruptura com a Dicotomia Teoria e Prática**

A educação tecnológica tem o compromisso de romper com a dualidade entre teoria e prática, dimensões indissociáveis para a educação integral, pois nenhuma atividade humana se realiza sem elaboração mental, sem uma teoria em que se referencie, apesar de ser a prática o objetivo final de toda aprendizagem. Tal princípio educativo não admite a separação entre as funções intelectuais e as técnicas e respalda uma concepção de formação profissional que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais.

A educação em todos os seus níveis e modalidades deve ser encarada como referencial permanente de formação geral que encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento do ser humano formado pelos valores da justiça social, equidade, solidariedade, gestão democrática, respeito, transparência e probidade pública, de maneira a preservar a sua dignidade e a desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores.

A educação profissional e tecnológica pressupõe, portanto, uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla que permita o domínio de métodos analíticos e de múltiplos códigos e linguagens para construir, por sua vez, base sólida para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos específicos.

• **Flexibilidade curricular e mobilidade**

A mobilidade é uma possibilidade para troca de experiências educativas e de integração aos diversos contextos e cenários, proporcionando uma visão mais abrangente de diferentes realidades. A mobilidade é prevista em dois planos, o interno (intercampi) e o externo (nacional e internacional). No sentido de permitir a mobilidade acadêmica interna, faz-se necessária a elaboração de projetos curriculares flexíveis, respeitando diretrizes comuns do Instituto Federal.

• **Articulação do Ensino com a Pesquisa e a Extensão**

A pesquisa acadêmica permite desvendar as diversas áreas do conhecimento humano e constitui-se como parte inseparável do ensino, dando-lhe significação sempre renovada. As atividades extensionistas constituem práticas acadêmicas articuladas ao ensino e à pesquisa, que permitem estabelecer os vínculos entre as necessidades de soluções para problemas reais da comunidade local/regional e o conhecimento acadêmico.

Para a garantia desta articulação, a Instituição deve desenvolver ações para promover a

Projeto Político-Pedagógico Institucional

integração e o diálogo permanente entre os setores responsáveis pela realização de ensino, pesquisa e extensão, garantindo também a contribuição neste processo de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Além disso, deve desenvolver ações e adequar sua estrutura organizacional para promover a plenitude deste trinômio. Deve, finalmente, a Instituição promover a formação inicial e continuada de discentes, técnico-administrativos e docentes, a fim de que se sintam motivados e capacitados para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O desenvolvimento do discente contará com o incentivo e apoio à participação em atividades de pesquisa e extensão, em trabalhos comunitários e voluntários, em visitas técnicas, na participação em eventos científicos e culturais, em programas de empreendedorismo e de internalização da cultura da proteção intelectual, na iniciação científica e tecnológica.

3.5 Responsabilidade Social do Instituto Federal Catarinense

O Instituto Federal Catarinense nasce com o compromisso de consolidar a experiência de uma rede social, alicerçada no compartilhamento de ideias visando a uma cultura da participação (SETEC, 2008). Para sua consecução, reconhece-se como instituição que ensina e aprende, agregando a forma de raciocínio técnico-científico e filosófico, o diálogo e a articulação com outras formas de saber. Nesse esforço de alteridade, abrem-se espaços para abordagens do conhecimento e da vida a partir da percepção dos tradicionalmente excluídos e marginalizados, da cultura popular, das minorias étnicas e raciais, dos portadores de necessidades especiais, dos que sofrem com os preconceitos de gênero e sexualidade, daqueles que propalam culturas alternativas.

3.5.1 Nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

O contato com a comunidade constitui-se como espaço privilegiado para a socialização do conhecimento produzido na Instituição, assim como para a criação de novos conhecimentos que possam contribuir para o desenvolvimento social e deve ser, por esses motivos, preocupação fundamental de todos os cursos do Instituto Federal Catarinense.

3.5.2 Programas de Inclusão Social, Ação Afirmativa e Inclusão Digital

Os programas de desenvolvimento social e comunitário devem refletir o compromisso do Instituto Federal Catarinense com a transformação da sociedade em direção à justiça, à solidariedade e à cidadania. Devem ser capazes de contribuir significativamente para a melhoria da sociedade, à medida que procuram tornar possível a inclusão social e direcionar as ações para uma atuação autônoma e cidadã dos indivíduos ou grupos atendidos.

O Instituto Federal Catarinense busca a construção de um sistema educacional que efetive o compromisso de assegurar a todos os discentes matriculados o acesso, participação e aprendizagem, considerando as especificidades de cada um no processo de escolarização. Compreendido como ponto de partida para garantir o direito a uma educação de qualidade, o desenvolvimento inclusivo é pensado numa visão ampla, onde se insere a educação especial, com a finalidade de promover o acesso pleno ao currículo.

Pensar uma Instituição capaz de atender a todos com qualidade e respeito às diferenças, construindo uma cultura de valorização da diversidade, é um desafio a ser enfrentado pelo Instituto Federal Catarinense. Por outro lado, com o intuito de contribuir para a diminuição das desigualdades existentes, é importante a adoção de mecanismos voltados à ação afirmativa, oriundas da chamada discriminação histórica, compensando certos segmentos da sociedade, sem deixar de lado o mérito de cada indivíduo. Como exemplo do que já ocorre em outras instituições, o Instituto buscará proporcionar formas alternativas de acesso ao ensino, no sentido de compensar a discriminação passada e presente e prevenir a discriminação futura, num esforço para se chegar a uma sociedade inclusiva.

Nessa mesma perspectiva, o Instituto Federal Catarinense buscará proporcionar práticas orientadas para a democratização do acesso às tecnologias da informação, no sentido de ampliar a inserção na chamada sociedade da informação. Assim, associa-se aos esforços coletivos de intensificação dos investimentos na informatização do ensino público, na realização de projetos e ações que facilitam o acesso de pessoas de baixa renda às tecnologias da informação e comunicação, e no desenvolvimento de tecnologias que ampliem a acessibilidade para usuários portadores de necessidades especiais.

3.5.3 Relações com o Setor Público, o Setor Produtivo e o Mundo do Trabalho

Uma instituição educacional comprometida com o desenvolvimento tecnológico, econômico e socioambiental do seu entorno deve estar capacitada a fazer continuamente a leitura do ambiente externo para alimentar seus processos educacionais, assim como para dar resposta em tempo e adequada aos anseios, expectativas e demandas da comunidade onde está inserida.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão evidencia as conexões externas e internas que favorecem a qualificação institucional em todas as suas dimensões, e sua atuação deve continuamente ser pautada pela busca de qualidade, tendo como base critérios internos e externos de avaliação.

As atividades de pesquisa e extensão, além de permitirem a materialização da funcionalidade social do conhecimento, geram notável qualificação interna. O professor/pesquisador/extensionista poderá desempenhar melhor e com mais dinamismo a docência, e exerce papel preponderante no desenvolvimento tecnológico, quer pela orientação de pesquisas, quer pela atuação em empresas, em institutos especializados ou em grupos de pesquisa. O contato do pesquisador com os problemas reais da sociedade e com pesquisadores de outras instituições o estimulam a buscar sempre maior preparo em sua área de atuação, como condição para responder aos desafios que lhe são postos.

Além da pesquisa e da extensão, outros mecanismos de interação com a comunidade serão postos em ação, como programas de educação continuada; programas voltados à criação e difusão das expressões artístico-culturais, desportivas e de lazer; programas de desenvolvimento social e comunitário e transferência de conhecimento.

A instituição estimulará o desenvolvimento de *habitats* de inovação, tais como hotéis e parques tecnológicos, centros de pesquisa e desenvolvimento, incubadoras de empresas de base tecnológica e laboratórios especializados, entre outros mecanismos de fortalecimento das atividades empreendedoras e das diversas formas de manifestação da Economia Solidária, proporcionando espaço para a autoconstrução do sujeito social.

Cabe ressaltar que a cooperação é o eixo estruturante para a sustentabilidade da sociedade contemporânea, como contraponto à competição. A cooperação se constitui, também, num dos componentes básicos da estratégia das organizações no seu processo de desenvolvimento institucional.

Para viabilizar toda essa interação, a Instituição buscará o aprimoramento contínuo das relações com entidades de apoio, como fundações e programas de financiamento públicos ou privados. Trata-se de oportunizar o desenvolvimento de programas e projetos que possam, ao mesmo tempo, trazer recursos e permitir resultados educacionais, científicos e de serviços.

O Instituto Federal Catarinense assume o papel de agente colaborador na estruturação das políticas públicas para sua região de abrangência, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público, empresas e comunidade local no sentido de contribuir para uma educação voltada a uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente (SETEC, 2008).

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Política de Ensino

O Instituto Federal Catarinense terá como princípio orientador a busca significativa de um trabalho voltado para o desenvolvimento local e regional, com foco na melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas, assim como desenvolver e expandir a iniciação científica e tecnológica nas organizações do primeiro, segundo e terceiro setor da sociedade.

Toda a proposta pedagógica e ações terão por base os instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando as questões da diversidade cultural, preservação ambiental, inclusão social e digital.

Pretende-se que o Instituto Federal Catarinense venha consolidar e concretizar suas políticas, comprometidas com sua missão institucional no alcance da excelência em divulgar suas ações.

Assim, estabelece os seguintes princípios para o ensino:

- a) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em diferentes níveis e modalidades;
- b) Incentivo à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade, levando o acadêmico a compreender o papel das diferentes ciências nas soluções para os problemas;

Projeto Político-Pedagógico Institucional

- c) Estímulo ao relacionamento interpessoal e à comunicação, propiciando o trabalho em grupo e em equipes;
- d) Formação do indivíduo comprometido com uma sociedade mais justa, sob o prisma da competência técnica, da formação humanística e ética;
- e) Comprometimento com a realidade local, com vistas ao desenvolvimento tecnológico, socioeconômico e ambiental das microrregiões de abrangência dos *campi*;
- f) Organização dos projetos político-pedagógicos dos cursos:
 - de graduação e pós-graduação, de modo a sinalizar os eixos de integração temática, as linhas de pesquisa e as linhas de extensão;
 - de educação profissional técnica de nível médio, conforme o perfil de conclusão de cada curso/área e em conformidade com as necessidades da região.
- g) Desenvolvimento de ações que integrem no processo acadêmico todos os seus estudantes, tanto aqueles com necessidades especiais, quanto aqueles com lacunas no processo de educação básica;
- h) Organização e sistematização da produção de conhecimento dos discentes e docentes, socializando-os através de seminários, simpósios, cursos e publicações;
- i) Desenvolvimento de ações para preservação dos aspectos históricos e culturais da área de abrangência do Instituto Federal Catarinense, bem como da memória do próprio Instituto e de seus *campi*.

A Figura, abaixo, demonstra o encadeamento dos diferentes níveis de atuação a serem contemplados na Instituição desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação.

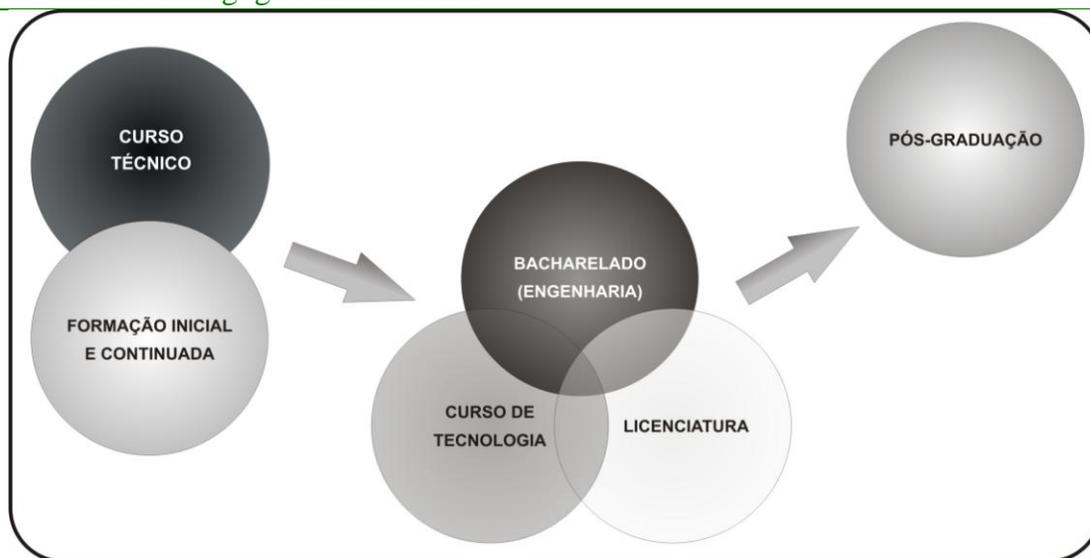


Figura – Representação esquemática da articulação entre os diferentes níveis de formação nos Institutos Federais. Fonte: (BRASIL, 2008a).

4.1.1 Níveis e modalidades de ensino

A educação profissional no Brasil, modalidade complementar à educação básica, explicitada na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 – artigos 36 (§ 2º), 39 a 41 e regulamentada no Decreto 5.154/04, pode ser desenvolvida por meio de cursos e programas de: a) formação inicial e continuada de trabalhadores; b) educação profissional técnica de nível médio; e c) educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

4.1.1.1 Formação inicial e continuada de trabalhadores

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 39 apregoa que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 2006). Observa-se aqui que a integração da educação profissional com o processo produtivo, com a produção de conhecimentos e com o desenvolvimento científico-tecnológico é, antes de tudo, um princípio a ser seguido, uma vez que já está previsto na lei que rege a educação nacional.

Seguindo os preceitos da lei, e buscando atender de forma mais abrangente os jovens e adultos trabalhadores vitimados pelos processos de exclusão social, surge, recentemente, o PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na

Projeto Político-Pedagógico Institucional

Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - com a proposta de oferta de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio e que busca retomar os princípios ético-políticos já presentes no campo da EJA, como direito à educação, formação humana e à busca de universalização do ensino médio com vistas à elevação da escolaridade. O Programa tem seu projeto educacional fundado na integração entre trabalho, ciência, técnica e tecnologia, humanismo e cultura geral, com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições para o efetivo exercício da cidadania. (BRASIL, 2006)

A integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA passa a se constituir para o Instituto Federal Catarinense um grande desafio do ponto de vista pedagógico e político. Assim, busca a integração de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas, do saber e do saber-fazer, na perspectiva de uma formação humana mais geral que envolva o ensino médio e a formação profissional (BRASIL, 2006). Teria ainda como base política a formação de cidadãos emancipados, conscientes de seus direitos e deveres políticos e suas responsabilidades para com a sociedade e o meio ambiente.

4.1.1.2 Educação Profissional Técnica em Nível Médio

O Ministério da Educação, após reflexões e estudos, fez a reformulação das leis até então vigentes através do decreto 5.154/04, revogando o decreto 2.208/97 e definiu novas orientações para a organização da Educação Profissional. De acordo com o § 1º do Artigo 4º do Decreto nº 5.154/04, as formas possíveis de concretização dessa “articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio” são as seguintes: integrado, concomitante e subsequente (BRASIL, 2004b).

A modalidade integrada é oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.

Já a modalidade concomitante será oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados.

A modalidade subsequente é oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

A LDB, ao definir no artigo 35 que o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, estabelece esta modalidade como conclusão de um período de escolarização de caráter geral. Trata-se de reconhecê-lo como parte de uma etapa da escolarização que tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (art. 22) (BRASIL, 1996).

O Ministério da Educação vem estabelecendo uma política pública nacional para a educação básica voltada para as múltiplas necessidades sociais e culturais da população brasileira. Nesse sentido, situam-se o Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/01 (BRASIL, 2001), a aprovação e implantação do FUNDEB - Lei nº 11.494/07 (BRASIL, 2007b) e a formulação e implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Um dos objetivos de se estabelecer uma política de médio e longo prazo para consolidar o ensino médio no Brasil é a reestruturação do modelo pedagógico desta etapa da educação básica que colabore na superação do dualismo entre o ensino propedêutico e profissional.

Uma vez que o decreto 5.154/04 prevê a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio através da concomitância, integração ou subsequência caberá às instituições de ensino elaborar uma proposta de organização curricular e pedagógica que esteja adequada à sua realidade, levando-se em conta, também, a disponibilidade de recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

Por esta concepção, o ensino médio deverá se estruturar em consonância com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura um componente da formação geral, articulada com o trabalho produtivo. Isso pressupõe a vinculação da ciência com a prática, bem como a superação das dicotomias entre humanismo e tecnologia, e entre a

formação teórica geral e técnica-instrumental. Em síntese, pretende-se configurar uma identidade do ensino médio, como etapa da educação básica, construída com base em uma concepção curricular unitária, com diversidade de formas, cujo princípio é a unidade entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia, em consonância com o desenvolvimento sustentável.

4.1.1.3 Educação Profissional Tecnológica de Graduação

Face ao dinamismo das mudanças tecnológicas, percebe-se a necessidade de maior aproximação e diálogo entre o mundo acadêmico e o mundo produtivo, seja para realização de pesquisa colaborativa, seja pela oferta de estágios ou até mesmo pela colaboração entre os papéis docentes e profissionais do mundo produtivo, essencial para o desenvolvimento tecnológico.

Logo, abre-se uma perspectiva no campo da Educação Tecnológica, que corresponde àquela que é objeto dos “cursos de nível superior na área tecnológica, destinados aos egressos do ensino médio e técnico”, de abrangência dos *campi* do Instituto Federal Catarinense.

O curso superior de tecnologia deve contemplar a formação de um profissional apto a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em uma determinada área profissional, e deve ter formação específica para aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica, difusão de tecnologias, gestão de processos de produção de bens e serviços, desenvolvimento da capacidade empreendedora, manutenção das suas competências em sintonia com o mundo do trabalho e desenvolvimento no contexto das respectivas áreas profissionais.

A permanente ligação dos cursos de tecnologia com o meio produtivo e com as necessidades da sociedade colocam-nos em uma excelente perspectiva de contínua atualização, renovação e auto-reestruturação.

O curso superior de tecnologia é essencialmente um curso de graduação, com características diferenciadas, de acordo com o respectivo perfil profissional de conclusão. O acesso aos mesmos se fará através de processo seletivo semelhante aos dos demais cursos de graduação.

4.1.1.4 Licenciaturas

A Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena. Essas diretrizes se constituem em um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2002).

Neste sentido, o Instituto Federal tem como base a busca de conexões entre a formação de professores para a Educação Básica e a formação para a Educação Profissional. A Instituição tem como desafio buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o conhecimento de forma integrada e verticalizada.

Propõe-se nos cursos de Licenciatura, em consonância com as normas do MEC, organizar um desenho curricular flexível, tendo os componentes práticos integrados aos conteúdos teóricos por meio do emprego de ambientes de aprendizagem e de projetos integradores interdisciplinares, estruturados com base curricular comum às áreas de conhecimento e com forte embasamento na práxis associada à educação profissional. Complementa-se também com a necessidade de atender as demandas regionais na formação de pessoal docente apto a atuar na Educação Básica e também nos cursos de Ensino Médio regular e/ou integrado aos cursos técnicos.

As propostas de cursos de Licenciatura a serem implantadas pelo Instituto Federal poderão seguir as seguintes opções:

- a) Curso de Licenciatura para Graduados;
- b) Curso de Licenciatura integrado com o curso de graduação em Tecnologia;
- c) Curso de Licenciatura para Técnicos de Nível Médio ou Equivalente; e
- d) Curso de Licenciatura para concluintes do Ensino Médio.

As licenciaturas voltadas para a formação de professores em nível da educação básica e profissional contemplarão como um de seus princípios norteadores, conhecimentos da esfera trabalho e educação de uma forma geral e, especificamente, da educação profissional de modo que o professor possa vir a ser pesquisador de sua própria prática pedagógica; que articule o

Projeto Político-Pedagógico Institucional

saber e o fazer pedagógico nas diferentes áreas. Portanto, exige em sua formação uma sólida base humanística, científica e tecnológica articulada com a ação pedagógica na formação docente, por meio de um processo dinâmico de apropriação e produção do conhecimento. Ressalta-se a formação da prática educativa no interior e no exterior do ambiente escolar de forma crítica, criativa e construtiva.

O Instituto Federal tem o pleito de constituir-se centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.

4.1.1.5 Cursos de Bacharelado e Engenharia

O grau de bacharel, no Brasil, é conferido no nível de graduação na maioria das áreas do conhecimento humano, incluindo matemática e estatística, ciência da computação, ciências naturais, ciências sociais, filosofia, direito, artes e humanidades.

Numa época em que muitos países estão preocupados com o fato de os jovens estarem se afastando da ciência, da engenharia e da formação técnica, chama-nos atenção especial que, no Brasil, é necessário aumentar o investimento na capacitação em engenharia, pesquisa, desenvolvimento sustentável e infra-estrutura.

De acordo com dados do sumário analítico da pesquisa intitulada ‘Mercado de trabalho para o engenheiro e tecnólogo no Brasil’, lançado em 2007 pelo Sistema Conferência Nacional das Indústrias (CNI) e pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), registra-se que as estatísticas apontam que o Brasil, em 2005, tinha 550.000 profissionais, ou seja, 6 para cada 1.000 pessoas economicamente ativas (MERCADO..., 2007). Número pequeno se comparado com países desenvolvidos como o Japão e os Estados Unidos da América (25/1.000). Por outro lado, “o Brasil forma 20.000 engenheiros por ano, enquanto a Coréia do Sul, com uma população três vezes menor, forma quatro vezes mais engenheiros” (BRASIL, 2008c).

Considera-se relevante uma política pública integrada e articulada na esfera local, regional e da nação, procurando suprir a necessidade de profissionais especializados com sólida formação acadêmica em diversos setores da economia, como na área tecnológica, com destaque para os cursos de Engenharia.

As Engenharias nos Institutos Federais passam a exercer um papel, não único, porém fundamental, nas mais diversas modalidades de formação. Logo, a proposta da matriz curricular dos cursos de formação profissional e tecnológica do Instituto Federal Catarinense deve apresentar a concepção de educação pautada numa visão crítica, de forma que a articulação da dimensão profissional com a dimensão sócio-política seja oportunizada.

Diante da necessidade que se instala, precisamos construir propostas curriculares para as engenharias que, estruturadas com base sólida de conhecimento científico e tecnológico, tragam a flexibilidade necessária para permitir sucessivas especializações, além de atualizações contínuas, dentro da própria graduação ou integradas à pós-graduação.

Por outro lado, nos currículos das engenharias, além de serem organizados de modo a permitir a interação entre as diversas graduações, o princípio da verticalização garante na pós-graduação estudos complementares.

4.1.1.6 Cursos de Pós-Graduação

As políticas de Pós-Graduação tem sido objeto emergente de discussão. O desenvolvimento da pós-graduação deve ser entendido como ferramenta capaz de produzir conhecimento difundido em produção científica institucionalizada.

A oferta de um sistema de pós-graduação deve legitimar-se a partir de um compromisso de produzir conhecimentos novos, úteis para a vida sócio-cultural, gerando novos produtores de conhecimento.

As diretrizes de Pesquisa na Pós-Graduação do Instituto Federal Catarinense, visando à consolidação de níveis de excelência são:

- a) a implementação de programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa em suas diferentes modalidades, visando sustentar a produção intelectual institucionalizada;
- b) a articulação de políticas internas e externas para dar unidade acadêmica e visibilidade pública aos programas, em consonância com as áreas estratégicas de atuação;
- c) o apoio à formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam a verticalização da produção do conhecimento, buscando iniciativas inovadoras, de

acordo com diferentes demandas e expectativas, bem como a articulação entre as várias áreas do saber, potencializando o caráter intersetorial e interinstitucional da pesquisa;

d) o estabelecimento de parcerias com institutos, universidades, centros de pesquisa e outras entidades de renome nacional ou internacional, incluindo as parcerias com empresas, na área de pesquisa e desenvolvimento;

e) o estímulo e apoio ao relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento dos programas e atividades de pesquisa;

f) o fortalecimento da educação continuada de pesquisadores;

g) a definição de condições de trabalho adequadas em termos de infraestrutura e carga horária para o desenvolvimento da pesquisa;

h) a promoção de avaliação institucional periódica interna e externa dos cursos de pós-graduação, contemplando, dentre outros, a produção científica e desempenho do corpo docente e discente;

i) o estímulo à publicação e divulgação dos resultados de pesquisa em eventos afins, periódicos científicos, livros, manuais, produtos e patentes, entre outros, e;

j) o incentivo à participação de docentes em comitês científicos e agências de fomento.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* poderão ser expandidos, por meio da criação de respostas adequadas às demandas identificadas junto à sociedade, do bom aproveitamento dos recursos humanos e tecnológicos e da maior integração entre Graduação e Pós-Graduação.

Já, a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, sua consolidação e expansão ocorrerá mediante a identificação de demandas; a atualização dos cursos existentes; a promoção de avaliações periódicas das atividades, visando adequá-las ao contexto científico, tecnológico, profissional e de demanda da área; o aprimoramento dos sistemas de informação e a adequada divulgação dos cursos; a oferta de cursos pontuais e auto-sustentáveis em parceria com instituições/organizações da comunidade; e a oferta de cursos contextualizados nas competências científicas e pedagógicas das unidades acadêmicas, assim como a oferta de cursos que integrem diferentes áreas do conhecimento, reforçando a interdisciplinaridade.

4.1.1.7 Educação a Distância

A sociedade deste século depara-se com marcantes mudanças no seu cotidiano social, cultural e econômico, promovidas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação. Conseqüentemente, a Era Digital tem configurado um cenário de oportunidades, principalmente quando se visualizam novas perspectivas para a educação.

As novas tecnologias se apresentam ao processo educacional como instrumentos eficazes e adequados à nova realidade social. O Instituto Federal Catarinense, através de seus *campi*, não poderia ficar alheio a essa discussão e, desta maneira, tem estado atento a inúmeras experiências no sentido de se empregar novas tecnologias de informação de maneira integrada com o projeto pedagógico institucional.

Define-se Educação a Distância como um processo de ensino e aprendizagem, em que alunos e professores, diferentemente da modalidade presencial, podem estar separados no espaço temporalmente, mas conectados e interligados por recursos didáticos sistematicamente organizados e apresentados em diferentes suportes de informação e comunicação, utilizados isoladamente ou combinados, desde que se tenha assegurado o efetivo processo de interlocução entre docentes e discentes.

Os ambientes virtuais de aprendizagem são espaços em potencial que facilitam o uso de conteúdos digitais como um elemento mediador no processo de ensino-aprendizagem. Esta informação, apresentada na forma digitalizada, requer um sistema que possibilite organizar esses conteúdos, de forma mais ampla, adequando o público alvo às necessidades e despertando o interesse dos participantes no processo.

As bases legais que sustentam a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que foi regulamentada pelo Decreto nº 5.622/05 (BRASIL, 2005).

O Instituto Federal Catarinense, em consonância com as demandas sociais, buscará empreender ações para implantar a modalidade de Educação a Distância nos diferentes níveis de ensino.

As diretrizes político-pedagógicas que a orientam deverão ser as mesmas que direcionam todo o processo educativo no Instituto Federal Catarinense. Para sua implementação, deverão ser planejadas, em equipes multidisciplinares, ações pedagógicas que

considerem especialmente as necessidades de aprendizagem decorrentes de demandas e características regionais.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, oferecidos a distância, deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

Conforme o Art. 6º do Decreto 5.622/05 (BRASIL, 2005), os convênios e os acordos de cooperação celebrados para fins de oferta de cursos ou programas a distância entre instituições de ensino brasileiras, devidamente credenciadas, e suas similares estrangeiras, deverão ser previamente submetidos à análise e homologação pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, para que os diplomas e certificados emitidos tenham validade nacional.

4.2 Políticas de Pesquisa

Um dos grandes desafios da educação profissional está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho.

Entende-se que a pesquisa na educação profissional estabelece uma relação indissociável com o ensino e a extensão. O ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam acompanhando o princípio da verticalidade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade e a preservação do meio ambiente.

Segundo a legislação vigente, cabe aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, enquanto fomentadores do diálogo dentro de seu território, provocar a atitude de curiosidade e diálogo com o mundo numa atitude própria de pesquisa (BRASIL, 2008b). O ato de pesquisar, nos Institutos Federais, é ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade.

Projeto Político-Pedagógico Institucional

A iniciação científica na educação profissional deve constituir-se num processo de inserção do discente no mundo científico e propiciar-lhe contato com os fundamentos para a produção do conhecimento científico e tecnológico. Deve desenvolver no educando a apropriação dos fundamentos teórico-epistemológicos e metodológicos através da realização de pesquisas com base nos fundamentos apreendidos.

A iniciação científica visa instrumentalizar o discente com os princípios e fundamentos básicos da pesquisa. O resultado desta modalidade de pesquisa geralmente é expressa em monografias, trabalhos de conclusão de cursos e, em geral, é tema de divulgação em mostras, feiras, jornadas e em seminários.

A formação inicial do pesquisador contribui para a melhoria da qualidade científica brasileira, podendo gerar produções acadêmicas mais complexas e pesquisadores preparados para atuarem nas diversas áreas do conhecimento e dinamizarem o desenvolvimento tecnológico e científico do Brasil.

O exercício da pesquisa é capaz de promover a independência intelectual e contribui diretamente na formação de cidadãos capazes de construir conhecimento ao longo da vida.

Considerando a integração da pesquisa com o ensino, estratégias pedagógicas serão contempladas curricularmente, permitindo aos discentes o envolvimento com métodos e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber.

As rápidas mudanças e atualizações na geração de novas tecnologias e processos proporcionam ao Instituto Federal Catarinense ratificar a importância de favorecer a formação continuada de profissionais pesquisadores, docentes e técnicos através de cursos de capacitação e eventos para atualizações e divulgação de resultados de pesquisas.

O Instituto Federal Catarinense buscará apoiar e incentivar o desenvolvimento de pesquisas em todos os níveis, quais sejam: ensino médio/técnico, tecnológico, graduações e pós-graduações, através de programas e orçamentos próprios, de parcerias e convênios com instituições e órgãos de fomento à pesquisa.

As diversas ações, com o objetivo de incentivar e promover os programas e projetos de pesquisa, poderão ser desenvolvidas no âmbito de cada *campus* e pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, a partir da criação de um comitê de Incentivo à Pesquisa

Projeto Político-Pedagógico Institucional

e Iniciação Científica do Instituto Federal Catarinense formado a partir da representação paritária de suas unidades constituintes.

Visando favorecer o desenvolvimento integrado de pesquisas científicas e fortalecer princípios da verticalidade e transdisciplinaridade torna-se relevante a definição de linhas de pesquisa por temas aglutinadores e abrangentes.

Os grupos de pesquisa poderão ser constituídos por pesquisadores docentes, técnicos e discentes. A composição de cada grupo poderá contemplar convidados de outras organizações locais, regionais e ou nacionais afins.

Programas, projetos e seus pesquisadores encontram, assim, a possibilidade de formação de redes de conhecimentos que se constroem a partir de múltiplos olhares sobre uma temática.

A democratização da produção científica, tecnológica e cultural é uma forma de devolver à sociedade os investimentos aplicados. Meios de divulgação científica, tecnológica e cultural serão instituídos, notadamente através da criação de publicação periódica do Instituto, bem como o apoio a organização de eventos com esta finalidade, buscando a colaboração interinstitucional.

As bibliotecas dos *campi* possuem papel relevante no que tange ao suporte informacional que fundamentam as pesquisas, bem como na disseminação da produção intelectual do Instituto Federal Catarinense devendo contribuir diretamente no processo de organização, recuperação e acesso a toda comunidade, seja no meio impresso ou eletrônico.

Consideram-se como produções intelectuais as modalidades: bibliográfica (relatórios de estágio, monografias, dissertações, artigos, livros), técnica (softwares, produtos, projetos, processos, trabalhos técnicos, propriedade intelectual) e a cultural (produções artísticas e afins).

Serão promovidas políticas de apoio ao desenvolvimento de eventos científicos internos, resultantes dos processos de Pesquisa e Iniciação Científica nos *campi*, culminando em evento científico periódico do Instituto Federal Catarinense, previstos orçamentariamente.

4.3 Política de Extensão

Entende-se por extensão a prática acadêmica que interliga as atividades de ensino e pesquisa às demandas da sociedade e se distingue do ensino e da pesquisa por sua natureza de aplicação, transferência e por sua destinação à comunidade externa.

4.3.1 Integração com a Comunidade

A função institucional da extensão se concebe como um mecanismo acadêmico de formação que articula a produção científica e sua transmissão com a aplicação e transferência dos resultados. Isto se faz num processo educativo, acadêmico, científico, cultural e comunitário que relaciona a pesquisa e o ensino de forma indissociável. Do mesmo modo, é a extensão que viabiliza e operacionaliza a relação transformadora e biunívoca entre Instituição e sociedade, sociedade e Instituição.

Para que seja garantida a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão, faz-se necessária a implementação de políticas integradoras, pois é a integração destas três atividades que garante a formação integral do educando.

Além de levar o conhecimento acadêmico à comunidade, as atividades de extensão, através de um diálogo contínuo e progressivo, buscam ações que promovam o desenvolvimento local e regional e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Portanto, a atividade de extensão não se limita à prestação de serviços ou assistencialismo social, embora estes possam ser desenvolvidos. É importante buscar o equilíbrio entre as demandas sociais e as inovações acadêmicas. Supera-se a concepção de serviço à sociedade como sendo ações dispersas ou isoladas no campo das artes, da cultura, da prestação de serviços, da assistência, entre outros. Ultrapassa-se a antiga visão de uma extensão definida como atividade “extramuros”, “extraclasse” ou até “extracurricular”. O processo de interação ensino-trabalho-comunidade é essencialmente interdisciplinar e multiprofissional, devendo considerar as demandas da comunidade, assim como as potencialidades e especificidades dos diferentes cursos e centros.

As atividades de extensão do Instituto Federal Catarinense devem proporcionar uma troca sistemática e permanente de saberes, por meio de uma comunicação produtiva com a sociedade, nas seguintes linhas programáticas:

- a) disseminação e divulgação da produção acadêmica (publicações e eventos);
- b) ações de assistência (núcleos de práticas diversas, análises laboratoriais);
- c) prestação de serviços (assessorias, consultorias e outros atendimentos);
- d) atividades culturais (produtos e manifestações artísticas);
- e) atividades político-sociais e comunitárias (movimentos político-sociais e comunitários diversos).

O estágio curricular também pode ser considerado atividade de extensão e merece destaque por se constituir como espaço privilegiado de aprendizagem, que permite ao estudante integrar-se ao mundo do trabalho, deparando-se com situações, relacionamentos, técnicas e posturas do ambiente profissional que enriquecem e complementam sua formação acadêmica e empreendedora.

O Instituto Federal Catarinense buscará apoiar e incentivar o desenvolvimento das atividades de extensão através de programas e orçamentos próprios e/ou parcerias e convênios com instituições e órgãos de fomento.

4.3.2 Articulação com Setores Socioeconômicos

Interagir de forma democrática e solidária com a comunidade regional e as organizações nacionais e internacionais dos setores da economia é uma ação coerente com os valores e princípios educacionais da Instituição. Por meio dos projetos de extensão e de pesquisa, o Instituto Federal Catarinense pretende incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica nas diferentes áreas de conhecimento, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Consultar e atender os anseios e necessidades da sociedade e do mundo do trabalho conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Para tanto, a meta é contribuir para um desenvolvimento econômico e socioambiental.

As respostas das instituições às demandas sociais devem ser estruturadas com base em diálogo permanente, mediante o qual se vão, progressivamente, delineando as propostas mais adequadas. A articulação desenvolvida com a sociedade, em particular com o setor produtivo constitui-se como um importante referencial. Tal articulação se operacionaliza por meio de parcerias que favorecem a colaboração, a troca de conhecimentos e de tecnologias e,

principalmente, o compartilhamento de resultados, tendo em vista a efetividade de suas ações, ou seja, a contribuição para o desenvolvimento regional e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

4.4 Políticas de Gestão

O Instituto Federal Catarinense buscará a constante descentralização e a democratização de sua gestão, visando atender os preceitos que se materializam no Artigo 56 da LDB: “As instituições públicas de educação obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional” (BRASIL, 1996).

Para garantir o cumprimento desse dispositivo legal, o MEC estabeleceu os parâmetros para a elaboração dos Estatutos e Regimentos das Instituições de Educação, entre os quais consta o item Gestão Democrática. Cabe, então, ao Instituto Federal Catarinense institucionalizar mecanismos que:

- a) assegurem participação da comunidade nos processos decisórios;
- b) garantam, da forma mais ampla possível, a autonomia dos *campi* para a deliberação sobre questões de âmbito local;
- c) promovam a troca de idéias entre as mais diversas concepções e visões de mundo;
- d) garantam canais de comunicação para que qualquer grupo ou indivíduo, da comunidade externa ou interna, apresente suas reivindicações aos órgãos de decisão, tenha o retorno destas, e ainda possa recorrer a instâncias superiores.

A geração de idéias, análise de resultados institucionais, identificação de problemas e desafios, além da proposição de estratégias devem se constituir enquanto esforço coletivo de servidores, discentes e comunidade externa. Os processos próprios da gestão democrática trazem contribuições identificadas com as características de cada segmento.

Os dirigentes da Instituição devem buscar sempre melhores meios e espaços para assegurar o diálogo pleno e irrestrito a todos os segmentos e o respeito às decisões de suas instâncias deliberativas.

O Instituto Federal Catarinense deve primar pela democracia, pela convivência em busca do bem comum e contra as mais diversas formas de preconceito.

4.4.1 Política de Qualificação de Servidores Docentes e Técnico-Administrativos

O Instituto Federal Catarinense deve manter o compromisso com a qualificação de seu quadro docente e técnico-administrativo, tanto no aspecto humano quanto profissional, permitindo sua evolução, tornando-o elemento gerador de ações positivas e éticas, propiciando tanto o seu desenvolvimento quanto o da comunidade.

O desenvolvimento dos servidores deve ser considerado como um processo permanente que contribua para que os mesmos aperfeiçoem seu desempenho profissional, buscando o desenvolvimento de capacidades inovadoras e criativas.

Assim sendo, o Instituto Federal Catarinense deve buscar apoio para o desenvolvimento de programas que possibilitem acesso aos cursos de graduação e pós-graduação, além de intercâmbios com outras Instituições de Ensino e Pesquisa para que, em consonância com a identidade institucional, o servidor possa se qualificar profissionalmente.

A regulamentação e operacionalização dos planos de carreira são instrumentos balizadores dos rumos para a formação coletiva e individual, servindo como estímulo adicional aos esforços de formação continuada exigidos para os profissionais da educação.

4.4.2 Avaliação e Planejamento Institucional

O Instituto Federal Catarinense adotará uma política de planejamento e avaliação orientada na busca da qualidade da educação em todos os seus níveis. Os componentes de avaliação institucional constantes no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) servirão de base para a expansão da oferta de cursos, aumento da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.

Esses instrumentos serão utilizados como forma de aprofundamento de seus compromissos e responsabilidades sociais, através da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia, da identidade e visibilidade institucional.

Os cursos técnicos de nível médio serão avaliados a partir de sistema a ser desenvolvido tomando-se por base as concepções expressas em lei para a avaliação dos cursos superiores, subsidiando as ações de gestão e elevando-se seu nível e qualidade.

Os processos avaliativos constituem um sistema que permite a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

4.4.3 Políticas de Gestão Ambiental

A gestão ambiental, inserida no contexto do Instituto Federal Catarinense, se propõe a contribuir para minimizar os impactos ambientais causados, tanto nas atividades desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, quanto em sua gestão administrativa e financeira.

A inserção da temática ambiental, além de cumprir com a legislação ambiental vigente, concretiza os preceitos inseridos nos enfoques orientadores da Instituição, promovendo a responsabilidade socioambiental para torná-la sustentável em seus processos educacionais e administrativos.

Neste contexto, todos os processos de gestão da Instituição devem disseminar e incentivar ações para a promoção de uma cultura ambiental, buscando a economia dos recursos naturais e fortalecendo sua política ambiental institucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação. **Informativo MEC**. Brasília, n. 1, jul., 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF, 2008a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP, Nº 1 de 18 de fevereiro de 2002**. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf > Acesso em: 14 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 2.208, 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF 18 abril 1997, p. 7760. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 10 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF 26 set 2004b. p.18. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 27 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007**. Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. 2007a Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6303.htm >. Acesso em: 20 maio 2009.

Projeto Político-Pedagógico Institucional

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento base** - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: SETEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L5692.htm>>. Acesso em: 20 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 14 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 10 abril 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 20 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 10 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Tecnológica. **Princípios norteadores das engenharias nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G.; RAMOS, MM. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

DEMO, P. **Educação Profissional: o debate da(s) competências**. Brasília: CEFOR, 1997.

EINSTEIN, A. **Como vejo o mundo**. São Paulo: Nova Fronteira, 1953.

EPAGRI. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. **Santa Catarina: características e potenciais**. [2009]. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br:8080/cepa/aspectos/menu_sc.htm>. Acesso em: 10 maio 2009.

Projeto Político-Pedagógico Institucional

EPAGRI. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2007-2008**. 2008. Disponível em: http://cepa.epagri.sc.gov.br:8080/cepa/Publicacoes/sintese_2008/Sintese_2008.pdf. Acesso em: mar 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000.

IBGE. **Censo agropecuário 1995-1996**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.t.shtm. Acesso em: mar 2009.

IBGE. **Estimativas populacionais dos municípios brasileiros**, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/default.shtm>. Acesso em: 10 mar 2009.

KUENZER, A. Z. . **Pedagogia da Fábrica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: 34, 1993.

LÉVY, P.; LABROSSE, D. A planetarização e a expansão da consciência. **Revista Pátio**, Porto Alegre, ano 3, n. 9, maio/jun., 1999.

MACHADO, L. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional**. Brasília: MEC/SETEC, 2008.

MERCADO de trabalho para o engenheiro e tecnólogo no Brasil: sumário analítico. São Paulo: CNI/CONFEA, [2007] Disponível em: <http://www.crea-sc.org.br/webcrea/webcrea2008/imagens/RelatoriodaPesquisaRevisado2008.pdf>. Acesso em: 20 maio 2009.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NIQUINI, D. P. **Informática na Educação, implicações didáticas, pedagógicas e construção do conhecimento**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 1996.

PETRAGLIA, I. C. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

REIS, E. S. Projeto Político-Pedagógico: moda, exigência ou tomada de consciência? In: SANTOS, A. de F. T. dos. **Desigualdade social e dualidade escolar: conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SEMINÁRIO REGIONAL DO ENSINO AGRÍCOLA - **Relatório**. Rio do Sul: Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, agosto de 2008.

Projeto Político-Pedagógico Institucional

VIEIRA, P. F. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In: VIEIRA, P. F. & HOGAN, D. (org.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editoras da Unicamp, 1995.

WILBER, K. **A visão integral**. São Paulo: Cultrix, 2008.